

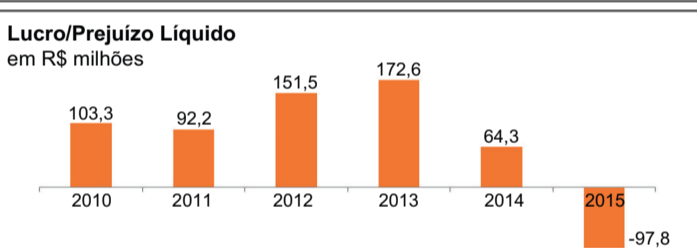
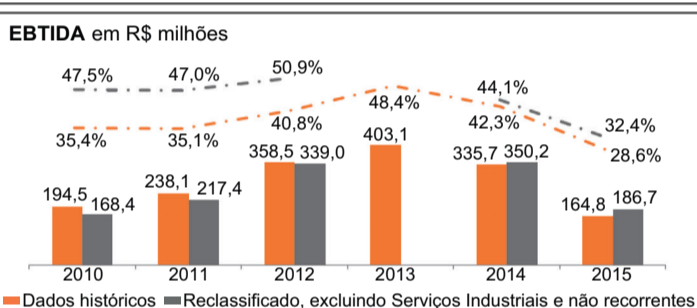
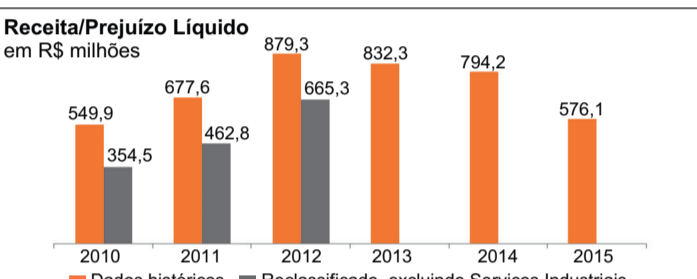
MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2015 foi marcado pelas incertezas no cenário econômico e político, impactando diretamente nossos mercados de atuação, refletindo negativamente nas nossas taxas de utilização, precificação e margens. Diante desse cenário, revisitamos nossa estrutura organizacional e tomamos ações necessárias para deixar a Companhia mais enxuta, ágil e adequada à realidade do mercado. Ao longo do ano de 2015 várias medidas foram implementadas com o objetivo de preparar a Companhia para superar os obstáculos que surgirão nos próximos anos, em um quadro recessivo que pode piorar. Realizamos diversos movimentos de horizontalização de departamentos da Companhia que possuíam sinergia, culminando na fusão de diretorias, visando além de melhoria da nossa produtividade e ganhos de melhoria operacional, redução de despesas. Desta forma unimos a gestão comercial de Infraestrutura e Edificações na Diretoria Comercial de Construção; a gestão Operacional e de Engenharia na Diretoria de Engenharia e Operações e a gestão da área Financeira e de Relações com Investidores na Diretoria Financeira. Estas alterações reduziram níveis hierárquicos na Companhia e proporcionaram uma maior integração entre as equipes. Criamos a Diretoria de Recursos Humanos para amparar as mudanças organizacionais, apoiar de forma consistente as integrações e dar o direcionamento necessário ao nosso pessoal. Nosso foco é preservação de caixa, através da venda de ativos não considerados estratégicos pela Companhia, redução de custos, despesas e investimentos. Nesse ano reduzimos drasticamente os investimentos em equipamentos de locação e bens de uso, 85,8% quando comparado ao ano de 2014, e não visualizamos a necessidade de investir em 2016, dada a alta ociosidade das nossas unidades de negócio. Temos ainda outras ações com o objetivo de reduzir custos e despesas. Entre elas temos a redução do quadro de pessoal do backoffice, a renegociação dos contratos de aluguel de nossos depósitos e o fechamento de cinco filiais de Construção e três filiais da unidade de negócio Rental. Em 2015 encerramos as operações da filial de Guarulhos. No mês de outubro, mudamos a nossa sede da Barra da Tijuca para o nosso endereço em Jacarepaguá, onde funciona nosso depósito. Em um ano extremamente desafiador como o ano de 2015 se apresentou, conseguimos tomar as ações necessárias para enfrentarmos o cenário ainda adverso previsto para 2016, com saúde financeira adequada. Encerramos o ano com saldo de caixa maior, posição de dívida líquida menor. Desta forma, estamos confiantes que encerramos 2015 mais bem estruturados do que entramos. E se o ano de 2016 nos impõe novos desafios, estamos mais preparados para enfrentá-los do ponto de vista interno da Companhia.

Sergio Kariya, Presidente da Mills.

DESEMPENHO FINANCEIRO

A Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. (Mills) apresentou, no ano de 2015, receita líquida de R\$ 576,1 milhões, redução de 27,5% em relação ao valor registrado em 2014. A geração de caixa, medida pelo EBITDA², alcançou R\$ 164,8 milhões, excluindo o *impairment* da unidade de negócio Construção em R\$ 30,9 milhões. Excluindo os itens extraordinários, como, indenizações da reestruturação em R\$ 8,6 milhões, PDD relacionada às investigações em curso de R\$ 12,9 milhões e despesas relacionadas à mudança/fechamento de filial de R\$ 0,4 milhão, o EBITDA seria igual a R\$ 186,7 milhões, 46,7% menor que a registrada em 2014, e o prejuízo líquido totalizou R\$ 97,8 milhões. A margem EBITDA foi de 28,6%, ou 32,4% excluindo os itens *não recorrentes*, versus 42,3% no ano anterior, enquanto o retorno sobre o capital investido (ROIC) atingiu -2,9% em 2015, contra 6,6% em 2014.



¹ As informações financeiras e operacionais contidas neste *press release*, exceto quando de outra forma indicado, foram consolidadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS). Apresentamos nos gráficos, para feitos de comparação, os dados históricos excluindo a unidade de negócio Serviços Industriais, que foi vendida em 2013.

² Ebitda como soma das unidades Construção e Rental

ITENS NÃO RECORRENTES

Em R\$ Milhões	2014	2015
EBITDA	326,2	104,1
Impairment de Construção e do investimento na Rohr	0,0	57,1
Ajuste de estoques e Easysset	14,6	0,0
Reestruturação	0,0	9,0
PDD relacionada às investigações em curso	0,0	12,9
Despesas da unidade de negócio SI vendida em 2013	9,5	3,7
EBITDA Ajustados ex efeitos não recorrentes	350,2	186,7

Durante o ano de 2015, registramos R\$ 82,7 milhões de despesas não recorrentes, sendo: (i) R\$57,1 milhões relacionados ao Impairment de Construção e do investimento na Rohr; (ii) custos com a reestruturação (R\$ 9,0 milhões); (iii) PDD relacionada às investigações em curso (R\$ 12,9 milhões); (iv) R\$ 3,7 milhões referentes às despesas da unidade de negócio Serviços Industriais vendida em 2013. Considerando as despesas não recorrentes para fins de determinação do EBITDA ajustado, no fechamento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, todos os covenants estão sendo cumpridos.

IMPAIRMENT

Aplicando as premissas do Pronunciamento Técnico CPC-01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realizou testes de recuperabilidade (*impairment*) sobre seus ativos. Após os referidos testes verificou-se a necessidade de constituição de provisão para perda no valor recuperável no montante de R\$ 26,2 milhões para o investimento feito na Rohr e R\$ R\$ 30,9 milhões para a Unidade Geradora de Caixa de Construção. Para os ativos da unidade de negócio Rental e demais ativos da Companhia, não foi identificada a necessidade de se fazer testes de recuperabilidade. O valor recuperável desses ativos foi determinado com base em projeções econômicas para determinação do valor

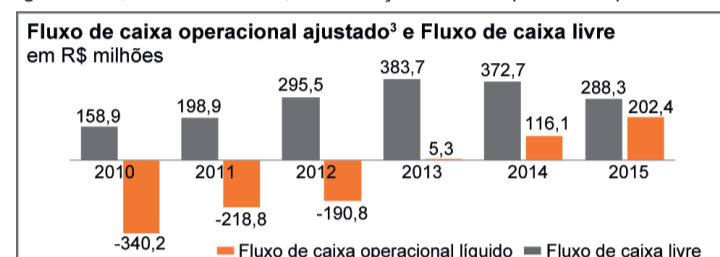
de mercado da investida, pela abordagem de renda, através de projeção de fluxo de caixa descontado, num prazo de 10 anos para fins de fundamentação do valor pago, haja vista o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil. As principais premissas foram: (i) as receitas foram projetadas com base nos dados históricos, bem como em perspectivas de crescimento do segmento e da economia brasileira; (ii) resultado operacional negativo em 2015, decorrente da redução de atividade do setor; (iii) a execução de programa contínuo de melhoria de produtividade e de redução de custos e despesas fará com que sua evolução seja inferior ao percentual de crescimento da receita, (iv) os respectivos fluxos são descontados por taxa média de desconto, obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital (WACC); (v) uma política de controle estrito na evolução do capital de giro nos anos da projeção.

DÍVIDA E INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

A dívida bruta da Mills em 31 de dezembro de 2015 era de R\$620,8 milhões. Terminamos o ano com uma posição de dívida líquida de R\$388,8 milhões, contra R\$551,7 no final de dezembro de 2014. A dívida da Companhia é formada por 31% de dívida de curto prazo e 69% de dívida de longo prazo, com prazo médio de 2,8 anos e custo médio de CDI+1,21%. Em termos de moeda, a totalidade da dívida é em reais. No 4T15, a alavancagem, medida pela relação dívida líquida/LTM EBITDA foi de 2,1x, excluindo itens não recorrentes do período. Já a relação LTM EBITDA/Resultado financeiro foi de 3,0x no mesmo período também excluindo itens não recorrentes do período.

FLUXO DE CAIXA LIVRE

Em 2015, o fluxo de caixa livre, medido pelo fluxo de caixa operacional menos as atividades de investimentos, foi positivo em R\$ 202,4 milhões. A Mills investiu R\$ 28,2 milhões em 2015, dos quais R\$ 11,7 milhões em equipamentos para locação, 85,5% inferior ao valor investido em 2014. Pela característica dos seus equipamentos, a Companhia pode manter baixo nível de investimento por alguns anos, caso necessário, sem redução da sua capacidade operacional.



³ Fluxo de Caixa operacional antes juros

NOVA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Durante o ano de 2015, a Mills vem fazendo uma série de ajustes em sua estrutura organizacional, de forma a reforçar o conceito de uma só empresa e criar sinergias entre os seus negócios, tornando-a mais enxuta e ágil, como os tempos atuais demandam. A gestão comercial de Infraestrutura e Edificações foi unificada em uma só diretoria. As diretorias Operacional e de Engenharia também foram consolidadas. Como resultado, as unidades de negócio Infraestrutura e Edificações passam a ser reportadas de forma unificada, agora chamada de "Construção". Continuaremos acompanhando as receitas de Infraestrutura e Edificações em separado, dadas as diferentes dinâmicas de cada mercado. A Rental continua sendo tratada separadamente, pelas características únicas de seu negócio. A Diretoria de Relações com Investidores foi fundida com a Diretoria Financeira e foi criada uma Diretoria de Recursos Humanos para apoiar de forma consistente esta integração e cuidar dos colaboradores nestes tempos difíceis.

DESEMPENHO POR UNIDADE DE NEGÓCIO

Rental

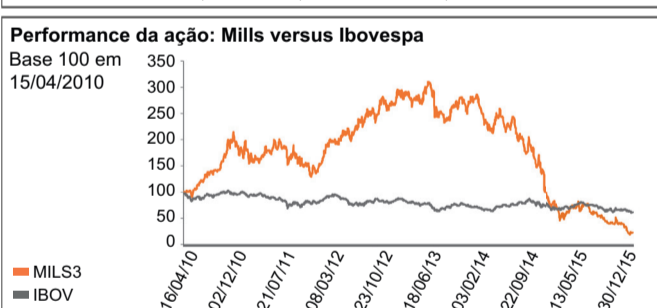
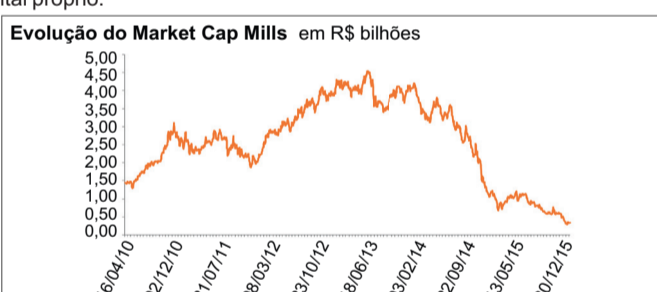
A receita líquida da Rental totalizou R\$ 293,2 milhões em 2015, sendo 20,9% inferior ao valor registrado em 2014. O EBITDA atingiu R\$ 132,6 milhões, sendo 32,6% inferior ao do ano de 2014. A margem EBITDA de 2015 foi de 45,2%, versus 53,0% em 2014. Em 2015, o ROIC foi de 5,5%, ante 11,5% em 2014. Fomos indicados pelo quinto ano consecutivo para o prêmio no IAPA Awards, sendo que nesse ano foi como a empresa que mais contribuiu em segurança em trabalho em altura. Já conquistamos dois IAPA Awards: (i) na categoria "Empresa de locação do ano", em 2012; e (ii) na categoria "Centro de treinamento IPAF do ano", em 2014.

Construção

A receita líquida da Construção totalizou R\$ 283,0 milhões em 2015, com redução de 33,2% em relação ao ano anterior, sendo que Infraestrutura contribuiu com 59% e Edificações contribuiu com 41% da receita líquida no período. O EBITDA somou R\$ 1,3 milhão, excluindo o valor do *impairment* dessa unidade de negócio em R\$ 30,9 milhões, totalizaria R\$ 32,2 milhões. O ROIC foi de -8,6%, ante 4,4% em 2014.

Geração de valor ao acionista

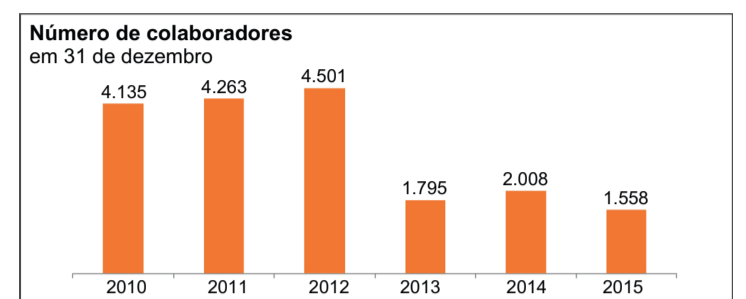
O preço de fechamento da ação da Mills (MILS3) na BM&FBovespa, no ano de 2015, foi igual a R\$ 2,66, com redução de 72,1% em relação ao preço de fechamento do ano de 2014, enquanto o índice IBOVESPA sofreu queda de 13,2% no mesmo período. No final de 2015, o valor de mercado (*market cap*) da Mills era igual a R\$ 340,6 milhões. Desde sua abertura do capital, em 15 de abril de 2010, até o final de 2015, a MILS3 obteve desvalorização de 76,9%, versus queda de 38,5% do Índice IBOVESPA. Em função dos resultados apurados no exercício de 2015, não houve distribuição de dividendos nem juros sobre capital próprio.



RECURSOS HUMANOS

Reduzimos o nosso número de colaboradores ativos de 2.008 no final de 2014 para 1.558 no final de 2015, refletindo mudanças na estrutura organizacional da Companhia, que envolveu a eliminação de alguns cargos administrativos e gerenciais. A taxa de rotatividade foi de 6,69% em 2015, versus 3,13% em 2014. De forma a participar dos resultados e alinhar os seus incentivos com a geração de valor aos nossos acionistas, até 2014 oferecíamos aos nossos colaboradores um programa de participação de resultados, baseado no valor econômico agregado (EVA), que consiste no lucro líquido ajustado deduzido da remuneração do capital investido pelos acionistas. Anualmente, entre 20% e 30% do EVA eram distribuídos aos nossos administradores e colaboradores. Em 2014, distribuímos R\$ 18,7 milhões, referente ao resultado de 2013. Devido ao resultado negativo de EVA em 2014, não foi distribuído qualquer valor de participação nos resultados em 2015. Em 23 de junho de 2015, o Conselho de Administração deliberou que a participação dos empregados nos lucros passasse no ano de 2015, a ter como base o EBITDA, onde até 5% do EBITDA

da Companhia poderia ser distribuído, se o EBITDA alcançado superasse o valor do EBITDA orçado. O reconhecimento dessa participação, ocorreria no momento em que a meta anual do EBITDA fosse atingida, sendo desembolsada até abril de 2016. A Companhia não atingiu as metas em 2015, não tendo registrado no exercício, provisão para essa despesa. Adicionalmente até 2014 tínhamos um plano de opção de compra de ações destinado aos administradores e pessoas chave da Companhia, com o objetivo de incentivar nossos colaboradores a conduzir com êxito os negócios da Companhia e estimular a cultura empreendedora e orientada para resultados, alinhando os interesses dos administradores com os dos acionistas. Nosso programa de estágio tem como objetivo atrair, desenvolver e reter talentos que queiram crescer e adquirir expertise para contribuir com o crescimento da empresa nos próximos anos. No final de 2015, 56 estagiários participavam do programa, dos quais 86% são estudantes de engenharia e de cursos técnicos. Efetivamos 46 estagiários em 2015 e 79 em 2014. Para assegurar o alinhamento e a uniformidade dos padrões éticos e morais que a Mills acredita serem importantes para suas atividades, o Conselho de Administração aprovou, em maio de 2015, o novo Código de Conduta da Mills.



ESTRUTURA ACIONÁRIA

No início de 2015, o capital social votante e total da Mills era constituído de 128.057.925 ordinárias, sendo que os acionistas controladores detinham, em conjunto, 35,4% do capital social votante e total. O *free float* era igual a 61,0%. O capital social votante e total da Mills, no final de 2015, era constituído de 128.057.925 ações ordinárias. O *free float* era igual a 62,3%. O Conselho de Administração aprovou, em 10 de novembro de 2014, a instituição de programa de recompra de ações ordinárias de emissão da própria Companhia, com objetivo de adquirir até 4.000.000 de ações de sua emissão, no prazo máximo de 365 dias a partir da data de sua aprovação, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, inclusive no âmbito do programa de opção de compra de ações da Companhia, em caso de exercício de tais opções. O Conselho de Administração aprovou, no segundo trimestre de 2015, a alienação de 6.878 ações, que estavam em tesouraria, para atender o exercício de opção de compra de ações da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia mantinha 2.278.422 ações em tesouraria.

AUMENTO DE CAPITAL

Em 5 de fevereiro de 2016 o Conselho de Administração aprovou a realização de um aumento de capital social da Companhia, com a possibilidade de homologação parcial por meio da emissão, para subscrição privada de, no mínimo, 40.089.472 e, no máximo, 47.528.517 novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$2,63 por ação, totalizando o valor de, no mínimo, R\$105,4 milhões e, no máximo, R\$125 milhões. O preço fixado considerou a média das cotações de fechamento diárias ponderada pelo volume de negociação nos pregões realizados na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros entre 27 de novembro de 2015 (inclusive) e 4 de fevereiro de 2016 (inclusive). O direito de preferência para subscrição dessas novas ações foi assegurado aos acionistas da Companhia com posição de fechamento do dia 11 de fevereiro de 2016, na proporção da quantidade de ações de que forem titulares nesse dia. Conforme mencionado em fato relevante divulgado na mesma data, a captação de recursos tem como objetivo (i) fortalecer a estrutura de capital da Companhia, reforçando o seu caixa para fazer frente a necessidades de capital de médio e longo prazo para o desenvolvimento de suas atividades; (ii) fortalecer seus níveis de liquidez, reduzindo as margens de endividamento da Companhia; e (iii) aproveitar oportunidades de consolidação de mercado que possam surgir no médio prazo. Os acionistas controladores da Companhia, Família Nacht, celebraram um Acordo de Investimento com Fundo de Investimento em Participações Axxon Brazil Private Equity Fund II ("Axxon" e "Acordo de Investimento"). O Acordo de Investimentos prevê, dentre outras obrigações, o compromisso dos Acionistas Controladores de (1) subscreverem e integralizarem 15.209.125 ações, pelo valor total de R\$ 40 milhões e (2) cederem à Axxon os direitos de preferência correspondentes ao restante de sua participação. A Axxon, por sua vez, comprometeu-se no Acordo de Investimentos a exercer os Direitos de Preferência que lhe forem cedidos, incluindo o direito de subscrição de sobras, para subscrever e integralizar ações a serem emitidas no âmbito do Aumento de Capital que representem até 15% do capital da Companhia após o Aumento de Capital. O Aporte dos Acionistas Controladores e o Compromisso de Subscrição da Axxon são suficientes para assegurar a subscrição de ações correspondentes à Subscrição Mínima.

AUDITOR INDEPENDENTE

Conforme Instrução CVM 381/2003, não houve a contratação de nossos auditores externos, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte), referente ao exercício social de 2015, para execução de serviços que não os de auditoria das demonstrações financeiras usualmente prestados por ela. A contratação de auditores externos requer uma aprovação prévia do nosso Conselho de Administração e segue as regras de restrições estabelecidas pela legislação e de forma que não coloque em risco a independência e a objetividade dos nossos auditores.

PERSPECTIVA DE NEGÓCIOS

Continuamos com pouca visibilidade no mercado de infraestrutura. Segundo pesquisa conduzida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), a atividade da indústria de construção permanece se deteriorando. O indicador de perspectiva de nível de atividade para o setor de construção em infraestrutura foi de 31,4 pontos em dezembro de 2015, enquanto que o valor registrado em dezembro de 2014 foi de 35,5. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desembolsou R\$ 136 bilhões para projetos de investimento em 2015, um recuo de 28% quando comparado ao ano anterior, sendo 40% destinado para o setor de infraestrutura. A queda acompanha a desaceleração da economia a as medidas de ajuste fiscal do Governo federal. Em junho de 2015 o Governo federal anunciou pacote de novas concessões com previsão de investimentos de R\$ 198,4 bilhões. Das concessões anunciadas, a única viabilizada em 2015 foi a do arrendamento de três áreas no Porto de Santos. Acreditamos que os leilões dos quatro aeroportos - Salvador, Fortaleza, Porto Alegre e Florianópolis, com investimentos previstos durante a concessão de R\$ 6,9 bilhões, acontecerão esse ano. No mercado imobiliário, os lançamentos das companhias listadas registraram queda de 75,7% no 4T15 em relação ao mesmo período do ano passado. Segundo a ABCEIP (Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança), o volume de empréstimos concedidos para compra e construção de imóveis somou R\$ 4,8 bilhões em dezembro, representando queda de 55,2% ante o mesmo período de 2014. No mercado de acesso motorizado, entraram 425 máquinas em 2015, 90% abaixo quando comparado ao ano anterior. Acreditamos nos *drivers* de crescimento para esse mercado no médio e longo prazo e na ampliação de seu uso em função de ganhos em segurança e produtividade. A queda é a principal causa de acidentes fatais em construção, no Brasil e nos EUA, e a plataforma aérea é considerada o equipamento mais seguro para executar trabalho em altura, com o menor índice de acidente entre diversos meios de acesso à altura. Deste modo, a plataforma aérea deverá substituir equipamentos de acesso menos seguros à medida que aumente a preocupação com segurança no Brasil. Este relatório pode incluir declarações que apresentem expectativas da Administração da Companhia sobre eventos ou resultados futuros. Todas as declarações quando baseadas em expectativas futuras e não em fatos históricos envolvem vários riscos e incertezas. A Mills não pode garantir que tais declarações venham a ser corretas. Tais riscos e incertezas incluem fatores relativos à economia brasileira, ao mercado de capitais, aos setores de infraestrutura, imobiliário, de óleo e gás, entre outros, e a regras governamentais, que estão sujeitos à mudança sem prévio aviso. Para obter informações adicionais sobre fatores que possam originar resultados diferentes daqueles estimados pela Companhia, favor consultar os relatórios arquivados na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

⁴ Cyrela, Direcional, Even, Gafisa, Helbor, MRV.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015			
(Em milhares de reais)			
Nota	2015	2014	
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	232.011	193.659
Contas a receber	7	99.719	156.793
Estoques	8	18.398	21.793
Estoques - outros ativos mantidos para venda	9	20.687	-
Tributos a recuperar	10	39.435	28.677
Adiantamento a fornecedores		197	172
Instrumentos financeiros derivativos	33	-	1.192
Outras contas a receber - venda da investida	11	19.778	17.467
Outros ativos	12	5.316	5.580
		<u>435.541</u>	<u>425.333</u>
Não Circulante			
Contas a receber	7	-	1.398
Tributos a recuperar	9	12.347	32.013
Tributos diferidos	21	47.230	24.945
Depósitos judiciais	22	11.023	10.422
Outras contas a receber - venda da investida	11	19.778	34.934
		<u>90.378</u>	<u>103.712</u>
Investimentos	13	61.200	87.392
Imobilizado	14	1.004.067	1.200.148
Intangível	15	46.771	76.138
		<u>1.112.038</u>	<u>1.363.678</u>
Total do Ativo		<u>1.637.957</u>	<u>1.892.723</u>
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante			
Fornecedores	16	6.844	16.510
Empréstimos e financiamentos	17	3.185	49.637
Debêntures	18	186.634	105.315
Salários e encargos sociais		18.196	19.425
Imposto de renda e contribuição social	21	-	2.543
Programa de recuperação fiscal (REFIS)	23	1.174	1.030
Tributos a pagar	24	2.687	3.973
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	26	-	21.810
Outros passivos		<u>184</u>	<u>971</u>
		<u>218.904</u>	<u>221.214</u>
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	17	11.931	14.890
Debêntures	18	419.085	575.542
Programa de recuperação fiscal (REFIS)	23	9.194	9.100
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	16.612	12.580
		<u>456.822</u>	<u>612.112</u>
Total do Passivo		<u>675.726</u>	<u>833.326</u>
Patrimônio Líquido			
Capital	25	563.319	563.319
Reservas de capital	25	9.664	8.785
Reservas de lucros	25	389.248	487.049
Ajuste de avaliação patrimonial	25	-	244
Total do patrimônio líquido		<u>962.231</u>	<u>1.059.397</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u>1.637.957</u>	<u>1.892.723</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2015

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2015			
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
Nota	2015	2014	
Operações Continuadas			
Receita líquida de vendas e serviços	28	576.106	794.166
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	29	(343.779)	(362.380)
Lucro Bruto		<u>232.327</u>	<u>431.786</u>
Despesas gerais e administrativas	29	(240.795)	(273.848)
Outras despesas operacionais	30	(57.110)	-
Lucro (Prejuízo			


DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Capital social subscrito de capital	Reservas de lucros			Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Reserva de capital	Legal	Expansão				
Em 1º de Janeiro de 2014	553.232	10.231	29.398	61.243	357.221	5.188	-	1.016.513
Integralização de capital - emissão de ações	10.087	-	-	-	-	-	-	10.087
Aquisição/cancelamento de ações em tesouraria	-	(10.985)	-	-	-	-	-	(10.985)
Prêmio de opções de ações	-	9.539	-	-	-	-	-	9.539
Resultado abrangente do exercício Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	(4.944)	-	(4.944)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	64.268	64.268
Constituição de reservas estatutárias sobre lucro líquido	-	-	-	-	-	-	(39.187)	-
Juros sobre capital próprio propostos (R\$0,1959 por ação)	-	-	3.213	2.406	33.568	-	(25.081)	(25.081)
Em 31 de Dezembro de 2014	563.319	8.785	32.611	63.649	390.789	244	-	1.059.397

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais)

	Capital social subscrito de capital	Reservas de lucros			Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízo acumulados	Total
		Reserva de capital	Legal	Expansão				
Em 1º de Janeiro de 2015	563.319	8.785	32.611	63.649	390.789	244	-	1.059.397
Aquisição/cancelamento de ações em tesouraria	-	(8.745)	-	-	-	-	-	(8.745)
Prêmio de opções de ações	-	9.624	-	-	-	-	-	9.624
Resultado abrangente do exercício Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	(244)	-	(244)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(97.801)	(97.801)
Prejuízo líquido do exercício transferido para reservas de retenção de lucros	-	-	-	-	(97.801)	-	97.801	-
Em 31 de Dezembro de 2015	563.319	9.664	32.611	63.649	292.988	-	-	962.231

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Mills" ou "Companhia"), uma sociedade anônima de capital aberto está sediada na Estrada do Guereguê, nº 1.381 - Taquara, na cidade do Rio de Janeiro - Brasil. A Companhia atua basicamente nos mercados de construção civil, desempenhando as seguintes atividades principais: (a) Locação e vendas, inclusive importação e exportação, de estruturas tubulares, escoramentos e equipamentos de acesso em aço e alumínio, para construção civil, bem como formas de concretagem reutilizáveis, com fornecimento dos projetos de engenharia relacionados, supervisão e opção de montagem. (b) Comércio, locação e distribuição de plataformas aéreas de trabalho e manipuladores telescópicos, bem como suas peças e componentes, e assistência técnica e manutenção destes equipamentos, e (c) A participação como acionista ou quotista, em outras Companhias ou sociedades. O estatuto da Companhia também prevê: (a) Locação, montagem e desmontagem de andaimes de acesso em áreas industriais. (b) Prestação de serviços de pintura industrial, jateamento, isolamento térmico, caldearia e refratários, bem como os demais serviços inerentes a tais atividades. As operações da Companhia estão segmentadas de acordo com o novo modelo de organização e gestão aprovado pela Administração, contendo as seguintes unidades de negócio: Construção e Rental. As descritivas de cada divisão estão mencionadas na nota 31. As informações contábeis contidas nessas Demonstrações Financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 8 de Março de 2016.

2. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de apresentação. a) Declaração de conformidade.** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Administração atesta que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. **b) Base de mensuração.** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo (Nota 4 e 33); • Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (Nota 4 e 33); **c) Moeda funcional e moeda de apresentação.** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. **d) Resultado por segmento de negócio.** O resultado por segmento de negócio é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável pela execução das decisões estratégicas da Companhia, emanadas do Conselho de Administração. **e) Demonstrações de valor adicionado.** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira e como informação suplementar ao requerido pelas IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (dividendos recebidos, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **2.2. Principais práticas contábeis. (i) Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e outros afins. Incluem depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor. **(ii) Instrumentos financeiros.** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **(i.1) Ativos financeiros.** Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Quando um instrumento de patrimônio não é cotado em um mercado ativo e seu valor justo não pode ser mensurado com confiança, este é mensurado ao custo e testado para *impairment*. A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado.** São classificados nessa categoria os ativos mantidos para negociação. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (i) for adquirido principalmente para ser vendido em curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo. **(b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento.** Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. **(c) Ativos financeiros disponíveis para venda.** Os ativos financeiros disponíveis para venda são representados por não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são classificados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. As variações do valor justo de títulos classificados como disponíveis para venda são reconhecidas no patrimônio líquido. Os rendimentos desses títulos são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira. **(d) Empréstimos e recebíveis.** Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem, contas a receber de clientes, demais contas a receber, depósitos judiciais e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **(e) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros.** Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda,

um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável. Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir: • Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou • Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou • Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou • Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que na avaliação individual não apresentam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Companhia na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis. Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes, aplicável para o investimento em sociedade não controlada, Rohr S.A., vide nota 13(b). O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são debitados à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado. Quando um ativo financeiro classificado como disponível para venda é considerado irrecuperável, os ganhos e as perdas acumulados reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida. Com respeito a títulos da dívida disponíveis para venda, as perdas por redução ao valor recuperável são subsequentemente revertidas por meio do resultado se um aumento no valor justo do investimento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável. **(i.2) Passivos financeiros.** Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros". **(a) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação. Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se: (i) foi adquirido principalmente para a recompra no curto prazo; ou (ii) faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pela Companhia e suas controladas e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo; ou (iii) é um derivativo não designado como instrumento de "hedge" efetivo. **(b) Outros passivos financeiros.** Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e financiamentos e debêntures) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. **(i.3) Instrumentos financeiros derivativos. (a) Atividades de hedge.** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de "hedge" de fluxo de caixa. **(b) Hedge de valor justo.** Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justos são registradas no resultado com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. As mudanças no valor justo dos instrumentos de *hedge* e no item objeto de *hedge* atribuível ao risco de *hedge* são reconhecidas na rubrica da demonstração do resultado relacionada ao item objeto de *hedge*. A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*, o ajuste ao valor justo do item objeto de "*hedge*", oriundo do risco de "*hedge*" é registrado no resultado a partir dessa data. **(c) Hedge de fluxo de caixa.** A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização das operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecida na demonstração do resultado do exercício. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva, quando a operação protegida por *hedge* prevista resultar no reconhecimento de um ativo não financeiro (por exemplo ativos imobilizados), previamente diferidos no patrimônio são transferidos do patrimônio e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo imobilizado. Os valores diferidos são, finalmente, reconhecidos no resultado do exercício pela depreciação dos ativos imobilizados. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses. **(iii) Contas a receber de clientes.** As contas a receber são reconhecidas pelo regime de competência quando da prestação dos serviços e/ou venda para os clientes. Todas as contas a receber têm origem os serviços prestados ou as vendas de mercadorias pelas unidades de negócio da Companhia. As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo no momento da venda, ajustado pela redução ao valor recuperável sobre as contas a receber (provisão para devedores duvidosos). A provisão para devedores duvidosos é constituída quando há evidência objetiva de que a Companhia não conseguirá receber o montante total de acordo com os termos originais das contas a receber. Provisões para devedores duvidosos devem ser constituídas: 1. Para quaisquer créditos a receber da Companhia que forem encaminhados para cobrança jurídica. Para este tipo de crédito a provisão para devedores duvidosos será de 100%. 2. As contas a receber vencidas da Companhia, que não possuírem garantias reais e líquidas, são provisionadas de acordo com o seguinte critério: clientes não preferenciais, 50% quando vencidas entre 61 e 120 dias e 100% quando vencidas há mais de 120 dias; e para clientes com menor risco de crédito, 100% mais de 180 dias. A base para início da contagem de tempo para constituição da provisão será o vencimento prorrogado do título. A celebração de confissão de dívida, com garantias reais e líquidas (preferencialmente fiança bancária ou seguro garantia) não ensejará a contabilização de PDD. A celebração de confissão de dívida, sem garantias reais e líquidas ensejará a contabilização de PDD normalmente de acordo com o critério acima (sendo para valores vencidos, sem incluir os a vencer). A PDD eventualmente constituída será totalmente estornada, com a confirmação do pagamento pontual da 2ª parcela da confissão de dívida. Caso o cliente fique novamente inadimplente, toda a dívida será contabilizada em PDD. No caso de renegociação da confissão de dívida, a PDD se constituirá de acordo com a regra descrita, salvo se a mesma for substituída por outra com garantia real e líquida (hipoteca ou fiança bancária). **(iv) Estoques.** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método de custo médio. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. Mensalmente é feita a apuração e contabilização da provisão para estoques de giro lento. São considerados como passíveis de provisionamento todos os itens do estoque sem movimentação há mais de um ano. **(iv.1) Estoques - Outros ativos mantidos para venda.** Os estoques - outros ativos mantidos para venda são representados pelos bens anteriormente componentes do ativo imobilizado da Companhia, e atualmente separados dos ativos de locação em função do objetivo de venda dos mesmos. Tais ativos são mensurados em conformidade com os preceitos do CPC 16 (R1). **(v) Imposto de renda e con-**

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais)

	2015	2014
Receitas:		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	734.669	1.049.374
Cancelamentos e descontos	(101.785)	(171.172)
Outras receitas	3.354	4.759
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(38.230)	(42.301)
	598.008	840.120
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(18.273)	(38.124)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(132.477)	(161.855)
Provisão por perdas estimadas por valor não recuperável	(57.110)	-
Baixa de ativos	(29.993)	(28.936)
Valor adicionado bruto	360.155	611.205
Depreciação, amortização e exaustão	(169.641)	(168.259)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	190.514	442.946
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	36.911	25.151
Valor adicionado total a distribuir	227.425	468.097
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	143.684	146.070
Remuneração direta	110.420	113.784
Benefícios	25.279	24.004
FGTS	7.985	8.282
Impostos, taxas e contribuições	56.729	141.454
Federais	52.271	132.932
Estaduais	2.798	7.046
Municipais	1.660	1.476
Remuneração sobre o capital de terceiros	124.813	116.305
Juros e variações cambiais	99.436	92.732
Aluguéis	25.377	23.573
Remuneração de capitais próprios	(97.801)	64.268
Juros sobre capital próprio	-	25.081
Lucros retidos	(97.801)	39.187
Valor adicionado distribuído	227.425	468.097

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	2015	2014
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro (Prejuízo) das Operações Continuadas Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(128.718)	90.336
Ajustes:			
Depreciação e amortização	14 e 15	169.641	168.259
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	22	3.554	951
Provisão para despesa com opções de ações	20	9.624	9.539
Ganho na baixa de ativos imobilizados		(22.551)	(43.812)
Juros, variação monetária e variação cambial sobre empréstimos, contingências e depósitos judiciais		87.954	80.614
Provisão para devedores duvidosos	7	38.230	42.301
Provisão por perdas estimadas por valor não recuperável	30	57.110	-
Outros		(4.928)	15.765
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber		67.838	39.394
Aquisições de bens do ativo imobilizado de locação		(8.483)	(182.163)
Estoques		5.650	(3.317)
Tributos a recuperar		22.911	29.526
Depósitos judiciais		212	440
Outros ativos		1.862	1.729
Fornecedores		(9.666)	353
Salários e encargos sociais		(1.229)	239
Tributos a pagar		(1.286)	2.642
Outros passivos		(549)	(4.169)
Processos judiciais liquidados		(1.140)	(613)
Juros pagos		(79.433)	(69.674)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(6.257)	(38.859)
Participação nos lucros paga		-	(18.607)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais		200.346	120.874
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:			
Valor recebido na venda da unidade de negócio Serviços Industriais SI	11	18.575	27.905
Aquisições de bens do ativo imobilizado bens de uso próprio e intangível		(16.473)	(32.634)
Caixa Líquido Gerado nas (Consumido pelas) Atividades de Investimento		2.102	(4.729)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Aportes de capital	25	-	10.087
Aquisição de ações em tesouraria	25	(8.745)	(10.985)
Dividendos e JCP pagos		(21.810)	(46.742)
Amortização de empréstimos		(133.541)	(300.644)
Ingressos de empréstimos e debêntures		-	400.000
Caixa Líquido Gerado nas (Consumido Pelas) Atividades de Financiamentos		(164.096)	51.716
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa, Líquido		38.352	167.861
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício (Nota 6)		193.659	25.798
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício (Nota 6)		232.011	193.659

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

tribuição social corrente e diferidos. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil, na data da apresentação das demonstrações financeiras que são 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. Periodicamente a administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras e sobre prejuízos fiscais e bases negativas. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável seja suficiente para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros sejam suficientes para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios. **(vi) Depósitos judiciais.** Os depósitos judiciais estão apresentados em valores atualizados monetariamente e estão apresentados no ativo não circulante (Nota 22). **(vii) Imobilizado: uso próprio e locação e uso operacional.** Do imobilizado de locação e uso operacional provém a maior parte das receitas da Companhia, quer via aluguel somente, ou aluguel combinado com montagem e desmontagem. O imobilizado de uso próprio consiste principalmente nas instalações para guarda dos equipamentos, escritório, benfeitorias, mobiliário e equipamentos necessários ao funcionamento destas instalações. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira*. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas apresentadas na Nota 14, que levam em consideração a estimativa de vida útil-econômica dos bens. Terrenos não são depreciados. Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado operacional. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados, a cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **(viii) Intangíveis. Programas de computador (Software).** São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Custos associados ao desenvolvimento e manutenção desses softwares são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os softwares possuem vida útil definida e são amortizados no prazo de dez anos (Nota 15). A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.



(ix) **Ágio.** O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. (x) **Redução ao valor recuperável de ativos.** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo, para esse fim a Companhia considerada suas divisões como unidades geradoras de caixa. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso, sendo este último o método usado pela Companhia em seu teste de ágio reconhecível na unidade geradora de caixa "Construção". Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. (xi) **Contas a pagar aos fornecedores.** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. (xii) **Provisões.** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas estão registradas pelo montante das perdas prováveis, observada a natureza de cada provisão (Nota 22). A Administração, apoiada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos em andamento. As provisões são mensuradas pelo valor estimado dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflete as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa no resultado. (xiii) **Participação nos lucros.** O reconhecimento dessa participação, quando há, é feito ao longo do ano, sendo desembolsado no exercício seguinte (nota 20). (xiv) **Planos de Opção de compra de ações.** A Companhia oferece a determinados empregados e executivos planos de opção de compra de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido. Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social, quando as opções são exercidas. (xv) **Empréstimos e financiamentos.** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e são, subsequentemente, demonstrados pelo valor de custo amortizado. A metodologia do cálculo para cada empréstimo segue as condições particulares de cada contrato, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas e tributos pagos para contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, e também são registradas na rubrica de despesas financeiras pela taxa efetiva de juros. A Administração controla mensalmente os saldos de cada dívida através de controles gerenciais, no qual atualiza os indicadores financeiros (taxas de juros) conforme acordado em cada contrato. Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento das demonstrações financeiras. (xvi) **Arrendamento mercantil.** A Companhia efetua arrendamento de certos itens do ativo imobilizado. Arrendamento de itens do imobilizado onde a Companhia retém de forma substancial todos os riscos e benefícios da propriedade de tais ativos são classificados como arrendamento financeiro. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo menor valor entre o valor justo do ativo arrendado e o valor presente do pagamento das parcelas do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. O saldo da conta Arrendamento financeiro, apresentado nos passivos circulante e não circulante, refere-se às parcelas restantes a pagar dos contratos de arrendamento mercantil. (xvii) **Conversão em moeda estrangeira.** As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas. (xviii) **Capital Social.** O capital social da Companhia é dividido em ações ordinárias e sem valor nominal. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. (xix) **Recuperação de ações (ações em tesouraria).** As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido até que as ações sejam canceladas ou rematadas. Quando da venda ou reemissão subsequente, o valor recebido é reconhecido como aumento no patrimônio líquido, e o excedente ou déficit resultantes são transferidos para ou dos lucros acumulados. (xx) **Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio.** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. (xxi) **Reconhecimento de receita.** A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço. A receita pela venda de mercadorias é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador. A receita de locação é reconhecida *pró-rata temporis* no resultado mensalmente de forma linear de acordo com os contratos de locação de equipamentos. A Companhia separa os componentes identificáveis de um único contrato ou de um grupo de contratos a fim de refletir a substância de um contrato ou de um grupo de contratos, reconhecendo a receita de cada um dos elementos de forma proporcional ao seu *fair value*. *Desta forma a receita da Companhia se divide em locação, assistência técnica, vendas e indenizações/recuperações de despesa.* A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Companhia. A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade). Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre as vendas. (xxii) **Resultado por ação.** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33. (xxiii) **Combinação de negócios.** Nas demonstrações financeiras, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia, dos passivos incorridos pela Companhia na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos. Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto por: • Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios com empregados são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre a Renda e IAS 19 - Benefícios aos Empregados (equivalentes aos CPC 32 e CPC 33), respectivamente; • Passivos ou instrumentos de patrimônio relacionados a acordos de pagamento baseado em ações da adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações de Grupo celebrados em substituição aos acordos de pagamento baseado em ações da adquirida são mensurados de acordo com a IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações (equivalentes ao CPC 10) na data de aquisição; e • Ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda conforme a IFRS 5 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas (equivalente ao CPC 31) são mensurados conforme essa Norma. • O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos e os passivos assumidos. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada unidade geradora de caixa da Companhia, que se espera seja beneficiada pela sinergia da combinação, independente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essa unidade. **2.3. Adoção e**

novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IAS e CPC e normas publicadas ainda não vigentes. a) Normas, interpretações novas e alterações de normas e interpretações existentes que estão vigentes desde 1º de janeiro de 2015: Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014: • IAS 19/CPC 33 - Benefícios a Empregados - Alteração para esclarecer os requisitos relacionados a contribuições dos empregados ou de terceiros que estão ligados ao serviço e como deve ser atribuído ao tempo de serviço. • Melhorias anuais dos ciclos 2010 a 2012 e 2011 a 2013 - Pequenas alterações nos pronunciamentos existentes. A Administração não identificou impactos decorrentes dessas alterações das normas existentes. **b) Novas normas, interpretações e alterações de normas e interpretações existentes que ainda não estão vigentes em 31 de dezembro de 2015: Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016:** • IAS 16 e IAS 38 - Alterações nesses pronunciamentos para clarificar os métodos de depreciação e amortização aceitos. • IFRS 11 - Alterações nesses pronunciamentos para clarificar as combinações de negócios que representam princípios, divulgados no IFRS 3 e outros, desde que não seja conflitante. • IFRS 27 - Alterações nesses pronunciamentos para clarificar os investimentos em subsidiárias, joint ventures e coligadas a ser opcionalmente contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas. • IAS 1 - Alteração na norma para endereçar potenciais impedimentos identificados no exercício de julgamento na preparação das demonstrações financeiras. Tal alteração esclarece que o conceito de materialidade deve ser considerado tanto para fins das informações a serem divulgadas, sejam elas requeridas ou não, quanto na ordenação das notas explicativas e no uso de critérios de agregação. • Melhorias Anuais dos ciclos 2012 - 2014 - Pequenas alterações nos pronunciamentos existentes. **Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:** • IAS 7 - Alterações nesses pronunciamentos para clarificar que as Companhias devem fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras, avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, apresentado nos cash flows. • IAS 12 - Alterações nesses pronunciamentos para clarificar que os métodos de classificação das perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados ao valor de custo e justo, é considerado uma diferença temporária dedutível. **Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:** • IFRS 15 - *Revenue from Contracts with Customers* - define 5 passos simples para serem aplicados aos contratos firmados com clientes para fins de reconhecimento de receita e divulgação. Substituirá os pronunciamentos atualmente em vigor sobre o assunto (IAS 18 e IAS 11) e interpretações sobre o tema (IFRIC 13, IFRIC 15 e IFRIC 18). • IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Nova norma (com alterações posteriormente à mesma) que introduz novas exigências para a classificação, mensuração, *impairment*, *hedge accounting* e desconhecimento de ativos e passivos financeiros. **Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:** • IFRS 16 - Especificação de reconhecimento, medição e divulgação de locações, através de um modelo contábil único arrendatário. **Em vigor para períodos iniciados em ou após vigência indefinida:** • IFRS 10 e IAS 28 - Alterações nesses pronunciamentos para clarificar o tratamento de venda ou entrada de bens de um investidor à sua coligada ou joint venture. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor. A Companhia está analisando os impactos dessas normas e até a presente data não foi identificado nenhum impacto relevante sobre as suas demonstrações financeiras. **2.4. Representação da demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.** A Companhia reavaliou a sua divulgação das transações de compra e venda de itens de locação do seu ativo imobilizado na demonstração de fluxos de caixa e concluiu que para melhor apresentação, estas transações deveriam ser refletidas como parte dos fluxos de caixa da atividade operacional ao invés da atividade de investimento, como anteriormente apresentadas. Desta forma, os valores comparativos referentes ao exercício findo e 31 de dezembro de 2014, originalmente apresentados nas demonstrações financeiras aprovadas em 9 de março de 2015, estão sendo representados, conforme abaixo:

	2014	
	Saldo Reoriginal (22.200)	Saldo Reaficções apresentado (61.594)
Contas a receber		
Aquisições de bens do ativo imobilizado de locação	-	(182.163)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	241.443	(120.569)
Valor recebido na venda de ativo imobilizado e intangível	61.594	(61.594)
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(214.797)	214.797
Aquisições de bens do ativo imobilizado bens de uso próprio e intangível	-	(32.634)
Caixa Líquido Gerado nas (Consumido Pelas) Atividades de Investimento	(125.298)	120.569
		(4.729)

3. Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício, são discutidas a seguir: **3.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e investimento reconhecido ao custo.** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e das expectativas da Administração para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa ou investimento objetos dos testes. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação, vide notas 13 e 15. **3.2. Transações com pagamentos baseados em ações.** A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 20. **3.3. Impostos.** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Imposto diferido ativo é reconhecido para todas as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização destas. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. **3.4. Valor justo de instrumentos financeiros.** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros tais como, *stock option*, títulos e valores mobiliários e instrumentos de hedge, apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. A nota explicativa 4 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas. **3.5. Provisões para devedores duvidosos.** A Companhia reconhece provisão para devedores duvidosos para todos os seus contatos a receber que atendam aos critérios detalhados na Nota 2.2 (iii). A avaliação da necessidade de Constituição dessa provisão inclui a análise de evidências disponíveis quanto a capacidade de pagamento dos seus clientes, inclusive de forma a permitir a classificação de alguns como preferenciais e embasar o encaminhamento de outros para cobrança jurídica. Julgamento significativo da Administração é requerido na classificação de seus clientes, na definição dos critérios aplicados e na avaliação da sua acurácia. **3.6. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.7. Vida útil dos bens do imobilizado.** Conforme descrito na nota explicativa 14, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório. Durante o exercício a Companhia acessou a vida útil dos bens e concluiu que o prazo de 10 anos adotado em anos anteriores, representa com razoabilidade a vida útil média dos ativos da Companhia e deve ser mantido para seus equipamentos no exercício de 2015. **3.8. Reconhecimento de Receita.** As receitas de prestação de serviços são reconhecidas no resultado tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base de apresentação das demonstrações financeiras.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro. As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros, risco de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco e tem como política não participar

de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos. A gestão de risco é realizada pela Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, quando for o caso. A Diretoria Financeira identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. A Diretoria financeira estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não-derivativos e investimento de excedentes de caixa. (i) **Análise de sensibilidade.** Abaixo, segue o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de um ano. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela Comissão de Valores Mobiliários, por meio da Instrução nº 475/2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III):

Equivalente de caixa	Indicador	Feito no resultado			
		Atual	Provável	25%	50%
Aplicações financeiras	CDI	231.867	33.034	24.775	16.517
	Total	231.867	33.034	24.775	16.517
			Variação	25,00%	50,00%

Dívida	Indicador	Feito no resultado			
		Atual	Provável	25%	50%
BNDES	TJLP	(15.116)	(1.023)	(1.072)	(1.119)
	CDI	(92.751)	(4.115)	(5.075)	(6.018)
1ª Emissão de debêntures	CDI	(169.629)	(19.156)	(23.427)	(27.635)
	IPCA	(142.277)	(19.016)	(21.880)	(24.806)
	CDI	(202.527)	(29.925)	(37.056)	(44.093)
2ª Emissão de debêntures	Total	(622.300)	(73.235)	(88.510)	(103.671)
			Variação	20,86%	41,56%

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constantes as demais variáveis, associadas a outros riscos.

Referências	Provável I	31/12/15	
		Cenário II	Cenário III
		25%	50%
Taxas			
CDI (%) (i)	14,25%	17,81%	21,38%
TJLP (%) (ii)	7,50%	9,38%	11,25%
IPCA (%) (iii)	7,57%	9,46%	11,36%

(i) Como relação ao risco de juros, a Administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) para seus instrumentos financeiros uma taxa de 14,25%, informação extraída do relatório FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil em 26 de Fevereiro de 2016, considerando um aumento na taxa CDI em linha com aumento esperado da taxa Selic, uma vez que existe uma relação direta entre as taxas, e um aumento da taxa como premissa para os outros dois cenários, de acordo com o cenário de deterioração. (ii) Para os passivos financeiros relacionados com empréstimos e financiamentos - BNDES, a Administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) seria a manutenção da taxa da TJLP, uma vez que não existe evidência de alteração da taxa no curto prazo, e aumento da taxa como premissa para os outros dois cenários. (iii) Para os passivos financeiros relacionados com as debêntures de segunda série, a Administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) a expectativa do IPCA para 2016 descrita no relatório FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil em 26 de Fevereiro de 2016, uma vez que não existe evidência de alteração da taxa no curto prazo, e aumento da taxa como premissa para os outros dois cenários. **4.2. Risco de mercado. (i) Risco cambial.** A Companhia tem como política reduzir o risco de caixa relacionado com a variação cambial, de forma conservadora, uma vez que todas as suas receitas são auferidas em Reais. Para este fim, a Companhia celebra contratos de NDFs com instituições financeiras com fins de hedge. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não apresenta exposição cambial relevante ou instrumento derivativo em aberto. (ii) **Risco de taxa de juros e atualização monetária.** O endividamento da Companhia está sujeito a taxas de juros flutuantes, especialmente Taxa CDI, IPCA e TJLP. Existe o risco da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado. Como política de gestão, a Companhia não utiliza nenhum instrumento para mitigar sua exposição às flutuações das taxas de juros por considerar esse um risco de mercado inerente a todas as Companhias que atuam no Brasil. A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamentos, financiamentos e hedge. Com base nesses cenários a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros. Os cenários são elaborados somente para passivos que representam as principais posições com juros. Vide análise de sensibilidade de possíveis flutuações nas taxas de juros na nota 4.1 (i). **4.3. Risco de crédito.** O risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras. (i) **Contas a receber.** A Companhia fatura periodicamente os valores por locações e vendas devidos por seus clientes, por prazos que variam, normalmente, de 30 a 60 dias, cujo prazo médio de recebimento em 2015, foi de 63 dias. Desta forma está sujeita ao risco de inadimplência com relação ao contas a receber. Primordialmente, a carteira de crédito comercial da Companhia está concentrada em clientes nacionais. A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável quando entende que há risco de não recebimento dos valores devidos. A gestão do risco de crédito dos clientes é exercida pela gerência financeira da Companhia, que avalia a capacidade financeira de pagamento dos clientes. Essa análise é realizada antes do efetivo acordo comercial entre as partes e para tal, são analisados individualmente cada cliente, levando-se, principalmente, em consideração as seguintes informações: (i) dados cadastrais; (ii) informações e indicadores financeiros; (iii) classes de risco (metodologia SERASA); (iv) controlador majoritário e; (v) pendências e protestos no Serasa. (ii) **Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro.** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas. A Companhia tem como prática utilizar somente instituições financeiras de grande porte, que estejam entre os 10 bancos com maiores ativos do Brasil. A Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações. **4.4. Risco de liquidez.** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Diretoria Financeira monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que esta tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. As previsões mensais levam em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas contratuais e o cumprimento de metas internas conforme o plano estratégico da Companhia. Além disso, a Companhia mantém linhas de crédito com as principais instituições financeiras que atuam no Brasil. A tabela abaixo analisa os principais passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até o vencimento contratual, quando a Companhia espera realizar o pagamento

Até um mês e menos	Mais que um mês e menos	Mais que três meses e menos	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total

Em 31/12/2015						
Empréstimos e financiamentos	355	700	3.088	3.914	7.150	2.658
Debêntures	-	11.464	226.833	192.054	347.308	-
Fornecedores	6.844	-	-	-	-	6.844

Em 31/12/2014						
Empréstimos e financiamentos	46.378	998	3.215	4.100	11.002	2.652
Debêntures	-	9.227	150.140	230.266	458.685	64.069
Instrumentos financeiros						
derivativos	(1.166)	-	-	-	-	(1.166)
Fornecedores	16.510	-	-	-	-	16.510

As taxas de juros (CDI e TJLP) estimadas para os compromissos futuros refletem as taxas de mercado em cada período. **4.5. Qualidade de crédito dos ativos financeiros (i) Caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários**

	31/12/2015	31/12/2014
Conta corrente		
Banco (1)	144	182
Total	144	182

	31/12/2015	31/12/2014
Aplicações		
Banco (1)	231.867	193.477
Total	231.867	193.477

Total de caixa e equivalente de caixa

(1) Principais instituições financeiras com ampla atuação no Brasil e entre os 10 bancos com maiores ativos totais do Brasil.

5. Gestão de Capital

O objetivo em gerir a estrutura de capital desejável da Companhia está em proteger o seu patrimônio, dar continuidade ao negócio, oferecer boas condições para seus colaboradores, partes interessadas e um retorno satisfatório para os acionistas. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010. Visando a manutenção ou o ajuste da estrutura de capital, a Companhia poderá, por exemplo, conforme estatuto social, aumentar o seu capital, emitir novas ações, aprovar a emissão de debêntures e aquisição de ações de sua própria emissão, conforme evento subsequente especificado na nota 36. Além disso, a Companhia utiliza como principal indicador de desempenho para avaliar sua alavancagem financeira o endividamento líquido total (dívida bancária total menos disponibilidades totais).

	2015	2014
Dívida bancária total	622.300	747.791
Financiamentos	15.116	64.527
Debêntures (vide nota 18)	607.184	683.264
Caixa equivalente de caixa	232.011	193.659
Endividamento líquido	390.289	554.132
Patrimônio líquido	962.231	1.059.397
Índice de endividamento líquido em relação ao Patrimônio líquido	0,41	0,52

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital social.



Linhas de créditos disponíveis	2015	2014
Linhas de crédito bancário não assegurada, revisada anualmente e com pagamento mediante solicitação:		
Não utilizadas	109.584	505.639
Linhas de crédito bancário asseguradas com vários prazos de vencimento e que podem ser estendidas de comum acordo:		
Utilizadas	15.116	64.527

6. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2015	2014
Caixa e bancos	144	182
Aplicações financeiras	231.867	193.477
	232.011	193.659

Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se substancialmente aos depósitos e as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2015, as aplicações financeiras referem-se a operações compromissadas e remuneradas a taxa média de 100,8% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (Certificado de Depósitos Bancários remunerados à taxa média de 101,5% do CDI, em 31 de dezembro de 2014).

7. Contas a Receber

Unidade de negócio	2015		2014	
	Contas a receber bruto	PDD líquido	Contas a receber bruto	PDD líquido
Construção	132.357	(75.932)	56.425	150.520 (51.117)
Rental	91.967	(48.673)	43.294	93.079 (36.313)
Serviços industriais (*)	3.551	(3.551)	-	3.992 (3.992)
Eventos	-	-	2.022	2.022
Totais	227.875	(128.156)	99.719	249.613 (91.422)
Circulante	227.875	(128.156)	99.719	248.215 (91.422)
Não circulante	-	-	1.398	1.398

(*) Valor remanescente a receber de clientes das operações da Unidade de Negócios de Serviços Industriais, que foi descontinuada em 30 de novembro de 2013. A provisão para devedores duvidosos (PDD) do contas a receber é calculada com base no montante considerado suficiente para cobertura de potenciais perdas na realização dos créditos a receber, considerando uma análise individual dos principais clientes. As movimentações na provisão para devedores duvidosos de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	2015	2014
Saldo no início do exercício	91.422	53.861
Constituição de provisão para devedores duvidosos	77.450	61.744
Reversão de provisão para devedores duvidosos	(39.220)	(19.443)
Baixas	(1.496)	(4.740)
Saldo final do exercício	128.156	91.422

Em 31 de dezembro de 2015, contas a receber de clientes no montante de R\$128.156 (Em 31 de dezembro de 2014 - R\$91.422) estavam provisionadas para perda. O aumento no montante desta provisão refere-se principalmente ao provisionamento do saldo a receber de clientes que durante o exercício de 2015 apresentaram dificuldades em cumprir com suas obrigações. Para determinar a recuperação do contas a receber de cliente, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o final do período de relatório. A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é pulverizada e não há relação entre os clientes. A Companhia não possui concentração de cliente em sua receita e contas a receber, não possuindo nenhum cliente ou grupo econômico que represente 10% ou mais de seu contas a receber em nenhum de seus segmentos. A análise de vencimentos das contas a receber está demonstrada a seguir:

	2015	2014
A vencer	61.741	83.513
A vencer (títulos com vencimentos originais prorrogados)	10.778	18.101
Vencidos de 1 a 60 dias (*)	28.549	40.840
Vencidos de 61 a 120 dias (*)	12.913	19.899
Vencidos de 121 a 180 dias (*)	10.880	15.797
Vencidos acima de 180 dias (*)	103.014	71.463
Total	227.875	249.613

(*) A análise acima foi efetuada considerando as datas de vencimento prorrogadas dos títulos.

8. Estoques

	2015	2014
Matérias primas	244	2.030
Mercadorias para revenda	5.401	11.660
Peças de reposição e suprimentos	13.921	11.438
Adiantamentos para estoques	-	88
Provisão para estoque de giro lento (*)	(1.168)	(3.423)
Total	18.398	21.793

(*) Itens do estoque sem movimentação há mais de um ano. Os estoques de matérias primas e dos adiantamentos para estoques estão vinculados a processos de industrialização por encomenda, para atendimento de demandas da Companhia e de seus clientes. O estoque de peças de reposição destina-se, principalmente, aos equipamentos motorizados de acesso. Todos os estoques são avaliados pelo custo médio.

9. Estoques - Outros Ativos Mantidos para Venda

O Conselho de Administração da Companhia, aprovou em 6 de agosto de 2015, a alienação de plataformas aéreas e manipuladores telescópicos da unidade de negócios Rental, até 31 de dezembro de 2017, cujo valor total represente até 10% (dez por cento) do valor residual contábil do ativo da referida unidade, conforme verificado no balanço da Companhia levantado em 30 de junho de 2015. Em 31 de dezembro de 2015, foram disponibilizados para venda, e segregado dos equipamentos de locação, 242 equipamentos oriundos do ativo imobilizado e transferidos para estoques - outros ativos mantidos para venda. A partir dessa transferência a depreciação foi interrompida, e o valor residual contábil desses itens é de R\$20.687. No exercício findo, foram vendidos 65 equipamentos, e o resultado da operação de venda é reconhecido somente na entrega do bem.

10. Tributos a Recuperar

	2015	2014
PIS e COFINS a compensar (*)	34.181	59.259
IRPJ e CSLL a compensar (**)	16.548	412
ICMS a compensar (***)	663	933
Outros	390	86
	51.782	60.690
Circulante	39.435	28.677
Não circulante	12.347	32.013

(*) Os créditos de PIS e COFINS referem-se, basicamente, aos montantes recuperáveis sobre aquisições de ativo imobilizado compensados a razão de 1/48 avos ao mês com as obrigações tributárias federais de PIS e COFINS não cumulativos e a expectativa é que sejam realizados até 2018. (**) Refere-se aos saldos de IRPJ e CSLL pagos antecipadamente durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 que serão atualizados mensalmente com base na SELIC e compensados com tributos da mesma natureza durante o exercício de 2016. (***) Corresponde ao imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS incidentes sobre as operações da Companhia, em decorrência da aquisição de peças e equipamentos para venda.

11. Outras Contas a Receber - Venda da Investida

	2015	2014
2015	-	17.467
2016	19.778	17.467
2017	19.778	17.467
Total	39.556	52.401
Circulante	19.778	17.467
Não circulante	19.778	34.934
	39.556	52.401

A Companhia fechou em 30 de novembro de 2013, a operação de venda de sua unidade de negócios Serviços Industriais ao Fundo de Investimento em Participação (FIP) Leblon Equities Partners V, gerido pela Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda. O contrato estipula que o valor de aquisição seja pago em 6 (seis) parcelas, todas atualizadas pela variação do CDI, entre de 31 de maio de 2013 e a data de pagamento, da seguinte forma: 1. A primeira de R\$25.000 (R\$25.207, considerando a atualização pelo CDI até a data do pagamento) foi paga na data da assinatura do contrato; 2. A segunda, de R\$17.000 (R\$18.093, considerando a atualização pelo CDI até 31 de março de 2014), foi paga em abril de 2014 no montante de R\$11.304. O valor da segunda parcela foi ajustado pelo desempenho parcial do negócio, que significou o lucro líquido do negócio mais a depreciação dos ativos que integram o negócio; menos investimentos; mais o aumento ocorrido nas contas a pagar (ou menos a redução ocorrida nas contas a pagar, conforme aplicável); e menos o aumento ocorrido nas contas a receber (ou mais a redução ocorrida nas contas a receber, conforme aplicável), entre 31 de maio de 2013 e a data do fechamento, ocorrida em 30 de novembro de 2013. Para apuração deste valor, foram utilizados os mesmos critérios contábeis de rateio de despesas e constituição de provisão de devedores duvidosos e baixa de equipamentos atualmente utilizados pela Companhia. Para efeitos do cálculo do lucro líquido, foi considerada a alíquota de imposto de renda e contribuição social idêntica à média observada para as atividades da Companhia, nos últimos 12 meses, imediatamente anteriores à data do fechamento e não foram considerados, (i) os custos alocados referentes às opções de compra de ações da Companhia e a participação de resultados, e (ii) receitas e despesas financeiras. O valor acumulado do desempenho parcial do negócio, entre 01 de junho e 30 de novembro de 2013, data em que a Companhia concluiu a operação, foi de R\$6.789. 3. Quatro parcelas de R\$15.000 (R\$19.778, considerando as duas últimas parcelas atualizadas por 100% do CDI até 31 de dezembro de 2015), com vencimento anual, a contar da data da assinatura do contrato. A primeira destas parcelas foi recebida na data do vencimento, em 10 de julho de 2014, no valor atualizado de R\$16.601 e a segunda destas parcelas foi recebida na data de vencimento, em 10 de julho de 2015, no valor atualizado de R\$18.575.

12. Outros Ativos

	31/12/2015	31/12/2014
Contas a receber - Eventos (i)	1.623	-
Empréstimos a empregados e créditos em folha de pagamento (ii)	1.205	2.570
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber - Rohr (iii)	1.546	1.546
Despesas antecipadas (iv)	100	119
Outros	842	1.345
Total	5.316	5.580

(i) A Companhia possui contas a receber correspondentes aos bens da Unidade de Negócios de Eventos, cujas atividades foram descontinuadas. Parte dos bens foi vendida ao longo de 2008 e 2009, através de contratos firmados de compra e venda de bens móveis com reserva de domínio celebrados em 20 de maio de 2008 e 18 de fevereiro de 2009. O valor da venda será recebido no período máximo de 8 anos, sendo as parcelas reajustadas de acordo com a variação percentual do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Em 31 de dezembro de 2015, o ativo está ajustado a valor presente e a Administração, com base nas garantias reais previstas em contrato, considera que o mesmo será realizado, dentro do esperado, até o vencimento da última parcela; (ii) Refere-se a empréstimos consignados concedidos a empregados que são descontados em parcelas na folha de pagamento; (iii) Refere-se a juros sobre capital próprio a receber, líquido dos impostos, da Rohr conforme divulgado na nota explicativa 13, com expectativa de recebimento até dezembro de 2016. (iv) Os saldos são, basicamente, referentes a despesas antecipadas de seguros a apropriar e IPTU a apropriar.

13. Investimentos

a) **Investimento em sociedade não controlada.** Em 8 de fevereiro de 2011 a Companhia adquiriu 25% do capital social da Rohr S.A Estruturas Tubulares ("Rohr"), por R\$90.000. A Rohr é uma empresa privada especializada em engenharia de acesso e no fornecimento de soluções para construção civil, que atua, principalmente, nos setores de construção pesada e manutenção industrial. Durante o ano de 2011, a Companhia recebeu R\$2.608 (líquido de impostos) de juros sobre capital próprio e dividendos de anos anteriores, tal valor foi registrado reduzindo o valor do investimento, por se tratar de dividendos oriundos de lucros ou reservas já existentes na data da compra das ações. No quarto trimestre de 2011, houve aumento da participação na Rohr de 25% para 27,47%, resultante da recompra pela Rohr de 9% de suas ações, que atualmente encontram-se em sua tesouraria e que serão canceladas ou distribuídas proporcionalmente aos seus acionistas. A Companhia avaliou a sua influência sobre a administração da Rohr e concluiu que apesar de deter 27,47% do capital da investida, não possui influência significativa pelos seguintes fatos: a

14. Imobilizado

	Equipamento de locação e uso operacional	Equipamento de locação a operacionalizar	Total equipamento de locação e uso operacional	Benefícios em propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Total de bens próprios	Total do imobilizado
Custo do imobilizado bruto												
Saldos em 31/12/2013	1.491.854	38.506	1.530.360	19.040	24.274	13.886	3.640	5.470	8.945	580	75.835	1.606.195
Aquisição	167.210	5.535	172.745	8.069	-	2.126	180	1.645	1.479	462	13.961	186.706
Baixa/alienação	(57.298)	(195)	(57.493)	-	-	(9)	(426)	-	(23)	-	(458)	(57.951)
Ajuste para crédito PIS e COFINS	(18.154)	-	(18.154)	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.154)
Reclassificação	(286)	286	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	39.942	(39.942)	-	31	-	-	-	(57)	26	-	-	-
Saldos em 31/12/2014	1.623.268	4.190	1.627.458	27.140	24.274	16.003	3.394	7.058	10.427	1.042	89.338	1.716.796
Aquisição	14.114	-	14.114	4.675	10	494	324	1.126	549	-	7.178	21.292
Baixa/alienação	(84.798)	(6)	(84.804)	(649)	(73)	(11)	(2.256)	(346)	(10)	-	(3.345)	(88.149)
Ajuste para crédito PIS e COFINS	(977)	-	(977)	-	-	-	-	-	-	-	-	(977)
Transf p/ estoque	(54.882)	-	(54.882)	-	-	-	-	-	-	-	-	(54.882)
Transferências	2.777	(2.753)	24	131	-	25	(25)	873	-	(1.042)	(38)	(14)
Saldos em 31/12/2015	1.499.502	1.431	1.500.933	31.297	24.211	16.511	1.437	8.711	10.966	-	93.133	1.594.066
Depreciação acumulada												
Saldos em 31/12/2013	(362.749)	-	(362.749)	(4.169)	(1.526)	(6.594)	(2.232)	(1.051)	(3.398)	-	(18.970)	(381.719)
Depreciação	(155.497)	-	(155.497)	(3.342)	(670)	(2.344)	(448)	(534)	(745)	-	(8.083)	(163.580)
Baixa/alienação	28.411	-	28.411	-	-	1	274	-	4	-	279	28.690
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(34)	-	-	-	(5)	-	-	(39)	(39)
Saldos em 31/12/2014	(489.835)	-	(489.835)	(7.545)	(2.196)	(8.937)	(2.406)	(1.590)	(4.139)	-	(26.813)	(516.648)
Depreciação	(154.980)	-	(154.980)	(4.764)	(669)	(2.367)	(338)	(685)	(838)	-	(9.661)	(164.641)
Baixa/alienação	55.073	-	55.073	265	39	4	1.932	329	8	-	2.577	57.650
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(485)	-	-	-	(70)	-	-	(555)	(555)
Transf p/ estoque	34.195	-	34.195	-	-	-	-	-	-	-	-	34.195
Transferências	-	-	-	1	-	-	-	(1)	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2015	(555.547)	-	(555.547)	(12.528)	(2.826)	(11.300)	(812)	(2.017)	(4.969)	-	(34.452)	(589.999)
Taxas anuais de depreciação - %	10	-	10	4	20	20	10	10	10	-	-	-
Resumo imobilizado líquido												
Saldos em 31/12/2014	1.133.433	4.190	1.137.623	19.595	22.078	7.066	988	5.468	6.288	1.042	62.525	1.200.148
Saldo em 31/12/2015	943.955	1.431	945.386	18.769	21.385	5.211	625	6.694	5.997	-	58.681	1.004.067

Os equipamentos de locação podem ser resumidos como: andaimes de acesso, fôrmãs, escoramentos, plataformas aéreas e manipuladores telescópicos. Abaixo destacamos as principais aquisições no ano por grupamento:

	2015	2014
Escoramentos	4.213	24.606
Plataformas e manipuladores	-	104.152
Fôrmãs de concretagem reutilizáveis	2.095	12.936
Andaimes suspensos e estruturas de acesso	5.224	25.596
Máquinas e equipamentos de uso operacional	2.582	-
Instalações	1.126	-
Benfeitorias em propriedade de terceiros	4.675	-
Outros	1.377	19.416
Total de aquisições	21.292	186.706

A depreciação no exercício, alocada ao custo de serviços prestados e às despesas gerais administrativas, monta em 31 de dezembro de 2015 a R\$151.915 e R\$12.726 (31 de dezembro de 2014 R\$152.874 e R\$10.706), respectivamente. Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos (Nota 17). **Revisão da vida útil estimada.** Para fins dessa revisão, a Companhia, com base na avaliação dos responsáveis técnicos, emitiu laudo interno de avaliação datado de 31 de dezembro de 2015, aprovado em Reunião de Diretoria. Para a elaboração do respectivo laudo, os responsáveis técnicos e os avaliadores independentes, consideraram o planejamento operacional da Companhia para os próximos exercícios, antecedentes internos, como o nível de manutenção e utilização dos itens, elementos externos de comparação, tais como tecnologias disponíveis, recomendações e manuais de fabricantes e taxas de vida útil dos bens. Não houve modificação na estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado do grupo de equipamentos de locação em relação à apurada no laudo de fevereiro de 2011 e que está em linha com as taxas de depreciação utilizadas pela Companhia. Portanto não houve alteração na taxa de depreciação para o exercício de 2015. A Companhia avaliou que não houve eventos ou mudanças em circunstâncias que indiquem que o valor contábil dos seus ativos da unidade geradora de caixa Rental pode não ser recuperável. Em relação aos seus ativos da unidade geradora de caixa Construção, a Companhia entende que houve mudanças nas circunstâncias de mercado e efetuou o teste de recuperabilidade desses ativos em conjuntos como o ágio relacionado a essa unidade. Para maiores detalhes, vide nota explicativa 15.

15. Intangível

	Marcas Software	Intangível e patentes	Intangível em andamento	Ágio em investimentos	Total intangível
Custo do intangível bruto					
Saldos em 31/12/2013	20.943	895	12.626	44.294	78.758
Aquisição	3.927	-	8.498	-	12.425
Transferência	20.045	-	(20.045)	-	-
Saldos em 31/12/2014	44.915	895	1.079	44.294	91.183
Aquisição	3.086	2.261	1.555	-	6.902
Transferência	1.164	-	(1.150)	-	14
Perdas estimadas por valor não recuperável	-	-	-	(30.918)	(30.918)
Saldos em 31/12/2015	49.165	3.156	1.484	13.376	67.181
Amortização acumulada					
Saldos em 31/12/2013	(5.839)	(295)	-	(4.232)	(10.366)
Amortização	(4.505)	(174)	-	-	(4.679)
Saldos em 31/12/2014	(10.344)	(469)	-	(4.232)	(15.045)
Amortização	(4.826)	(174)	-	-	(5.000)
Ajuste crédito PIS e					



emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue: (1) Índice financeiro decorrente do quociente da dívida líquida (i) pelo EBITDA (ii) deverá ser igual ou inferior a 3; e (2) Índice financeiro decorrente do quociente da dívida do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida (iii) que deverá ser igual ou superior a 2. (i) "Dívida Líquida" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Companhia, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, incluindo empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capital local e/ou internacional, além de avais prestados pela Companhia, mas excluindo as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Companhia, em base consolidada; (ii) "EBITDA" significa, com base nas 4 (quatro) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o lucro ou prejuízo líquido, antes da contribuição social e do imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes; e (iii) "Despesa Financeira Líquida" significa, com base nas 4 (quatro) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o saldo da diferença entre a receita financeira bruta consolidada e a despesa financeira bruta consolidada. Considerando as despesas não recorrentes para fins de determinação do EBITDA ajustado, no fechamento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, todos os *covenants* estão sendo cumpridos.

19. Partes Relacionadas

a) **Transações e saldos.** Não houve empréstimos entre a Companhia e seus administradores durante o exercício. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não mantinha contratos de prestação de serviços de consultoria com membros do Conselho de Administração. **Remuneração da Administração.** Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração da Companhia estão demonstrados a seguir:

	2015	2014
Salários e encargos - Diretoria	6.092	7.211
Honorários do Conselho de Administração	1.219	1.352
Pagamentos com base em ações	3.382	3.570
Total	10.693	12.133

20. Benefícios a Empregados

a) **Participação dos empregados nos lucros.** A provisão para participação nos lucros dos empregados e executivos é constituída de acordo com a competência, sendo contabilizada como despesa. A determinação do montante, que é pago no ano seguinte ao registro da provisão, considera o programa de metas

Programa	Outorga	Valor justo médio ponderado por opção R\$	Preço médio ponderado da ação na data da concessão R\$	Preço do exercício na data da concessão R\$	Volatilidade na data de concessão	Rendimento de dividendos na data de concessão	Taxa de juros anual sem risco na data de concessão	Prazo máximo de exercício na data de concessão
2010	Primeira	3,86	11,95	11,50	31,00%	1,52%	6,60%	6 anos
2010	Segunda	5,49	14,10	11,50	31,00%	1,28%	6,37%	6 anos
2011	Única	6,57	19,15	19,28	35,79%	1,08%	6,53%	6 anos
2012	Básica	21,75	27,60	5,86	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos
2012	Discricionária	12,57	27,60	19,22	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos
2013	Básica	24,78	31,72	6,81	35,34%	0,82%	3,37%	6 anos
2013	Discricionária	11,92	31,72	26,16	35,34%	0,82%	3,37%	6 anos
2014	Básica	22,46	28,12	7,98	33,45%	0,75%	12,47%	6 anos
2014	Discricionária	11,16	28,12	30,94	33,45%	0,75%	12,47%	6 anos

O preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano será fixado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso), levando em consideração: (i) no caso de opções cuja outorga tenha como contraprestação a aquisição de ações de emissão da Companhia pelo respectivo Beneficiário, o valor do patrimônio líquido das ações em 31 de dezembro do exercício fiscal imediatamente anterior à data de outorga; ou (ii) nos demais casos, o valor correspondente à média da cotação das ações da Companhia da mesma espécie daquelas em que a opção for referenciada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, ponderada pelo volume de negociação, durante o exercício fiscal imediatamente anterior à data de outorga. Independente do critério a ser adotado para definição do preço de exercício, este será corrigido monetariamente de acordo com o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), ou por outro índice que venha a ser determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê (conforme o caso), e deduzidos do valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação declarados pela Companhia a partir da data da outorga. A tabela abaixo apresenta os saldos acumulados dos planos nas contas patrimoniais e os efeitos nos resultados.

	2015	2014
Plano 2002		
Reserva de capital	1.446	1.446
Número de ações exercidas (milhares)	3.920	3.920
Plano Top Mills, Plano Especial CEO e EX-CEO		
Reserva de capital	1.148	1.148
Número de ações exercidas (milhares)	1.055	1.055
Plano executivos Mills Rental		
Reserva de capital	4.007	4.007
Número de ações exercidas (milhares)	391	391
Plano 2010		
Reserva de capital	5.693	5.727
Número de opções a exercer (milhares)	106	106
Número de ações exercidas (milhares)	1.369	1.369
Número de ações canceladas (milhares)	73	64
Programa 2011 (Plano 2010)		
Reserva de capital	7.329	6.750
Número de opções a exercer (milhares)	592	592
Número de ações exercidas (milhares)	592	592
Número de ações canceladas (milhares)	157	75
Programa 2012 (Plano 2010)		
Reserva de capital	13.011	9.659
Número de opções a exercer (milhares)	857	859
Número de ações exercidas (milhares)	401	399
Número de ações canceladas (milhares)	336	156
Programa 2013 (Plano 2010)		
Reserva de capital	9.479	5.633
Número de opções a exercer (milhares)	671	676
Número de ações exercidas (milhares)	97	92
Número de ações canceladas (milhares)	139	48
Programa 2014 (Plano 2010)		
Reserva de capital	2.907	1.026
Número de opções a exercer (milhares)	260	234
Número de ações canceladas (milhares)	52	-
Total registrado como patrimônio (acumulado)	45.020	35.396
Efeito no resultado	(9.624)	(9.539)

21. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) **Imposto de renda e contribuição social a pagar.** Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não apurou resultado tributável de imposto de renda e contribuição social. Os valores antecipados durante o exercício de 2015 e retidos na fonte sobre notas fiscais e aplicações financeiras compõem o saldo negativo de IRPJ e CSLL que será utilizado durante o exercício de 2016. b) **Reconciliação entre a despesa e receita de imposto de renda e da contribuição social pela alíquota nominal e efetiva está demonstrada a seguir:**

	2015	2014
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	(128.718)	90.336
Alíquota nominal de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	43.764	(30.714)
Provisões indenutíveis (*) e diferenças permanentes	(13.076)	(5.802)
Juros sobre capital próprio - Declarado	-	8.528
Outros	229	1.920
Total de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	30.917	(26.068)
Alíquota efetiva	24%	29%

* As despesas indenutíveis estão compostas por despesas de provisão de cancelamento, brinde, perdão de dívida e multas não compensatórias. Segue abaixo a composição dessas despesas:

	2015	2014
Provisão de cancelamento	(9.510)	(2.538)
Baixas de Estoques	(1.655)	(1.740)
Outros	(1.911)	(1.524)
Total	(13.076)	(5.802)

c) **Imposto de renda e contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes.** O imposto diferido reconhecido em outros resultados abrangentes é resultante de provisão de ganhos/perdas de instrumentos de hedge em fluxo de caixa transferidos para os valores contábeis iniciais dos itens sujeitos a hedge. d) **A movimentação do IR e CS diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:**

Descrição	31/12/14	Adições	Baixas	31/12/15
Stock options	3.243	3.284	(435)	6.092
Ajuste a valor presente	54	-	(39)	15
Hedge sobre imobilizado	(946)	-	135	(811)
Provisões de custos e despesas	977	(2.103)	1.188	62
Provisão Estoque Giro Lento	1.164	1.377	(2.144)	397
Provisão para Devedores Duvidosos	17.993	13.716	(14.436)	17.273
Perdas Estimadas por Valor não recuperável	-	8.906	-	8.906
Arrendamento financeiro	4.329	(3.141)	(4.329)	(3.141)
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	4.278	2.305	(933)	5.650
Provisão para Perda Processo				
Murilo Pessoa	42	-	-	42
Derivativos NDF	(126)	-	126	-
Provisão para descontos e cancelamentos	9.355	6.593	(13.719)	2.229
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo				
Negativa - 2015	-	17.290	-	17.290
Swap	(396)	-	396	-
Provisão para realização de crédito tributário	-	30	-	30
Tributos com exigibilidade suspensa	255	201	-	456
Depreciação acelerada	(1.506)	(753)	-	(2.259)
Ágio GP Andaimas Sul Locadora	(459)	(134)	-	(593)
Ágio Jahu	(12.949)	-	10.512	(2.437)
Atualização depósito judicial	(1.197)	(276)	-	(1.473)
Variação cambial	1.643	-	(1.643)	-
Debêntures	(809)	-	311	(498)
Total	24.945	47.295	(25.010)	47.230

estabelecido junto ao sindicato da categoria, através de acordo coletivo de trabalho, em consonância com a Lei nº 10.101/00 e com o estatuto social da Companhia. Em 23 de junho de 2015, o Conselho de Administração deliberou que a participação dos empregados nos lucros passasse no ano de 2015, a ter como base o EBITDA, onde até 5% do EBITDA da Companhia poderá ser distribuído, se o EBITDA alcançado superar o valor do EBITDA orçado. A métrica para este cálculo está aprovada pela Administração da Companhia. O reconhecimento dessa participação, quando houver, ocorrerá no momento em que a meta anual do EBITDA for atingida, sendo desembolsada até abril de 2016. A Companhia não atingiu as metas em 2015, não tendo registrado no exercício, provisão para essa despesa. b) **Plano de opção de compra de ações.** A Companhia possui planos de opções de ações, aprovados pela Assembleia Geral, com o objetivo de integrar os executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo. Esses planos são administrados pela Companhia e a aprovação das outorgas é sancionada pelo Conselho de Administração.

Planos	Data da outorga	Data final de exercício	Ações outorgadas	Ações exercidas	Ações em aberto
Programa 2010	31/05/2010	31/05/2016	1.475	(1.369)	106
Programa 2011	16/04/2011	16/04/2017	1.184	(592)	592
Programa 2012	30/06/2012	31/05/2018	1.258	(401)	857
Programa 2013	30/04/2013	30/04/2019	768	(97)	671
Programa 2014	30/04/2014	30/04/2020	260	-	260

Para precificação do custo das parcelas do plano Especial Top Mills, referente à sua componente de patrimônio, foram determinadas as volatilidades aplicáveis, as taxas livres de risco, e os stock prices com bases em valuations de 6,6 vezes o EBITDA, menos a dívida líquida e usamos o modelo Black-Scholes para cálculo do valor justo. Em 31 de março de 2014, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração: (i) a criação do programa 1/2014 de Outorga de Opções de Compra de Ações; (ii) a definição dos critérios para fixação do preço de exercício das opções e as condições de seu pagamento; (iii) a definição dos prazos e condições de exercício das opções; e (iv) a autorização para a Diretoria efetuar as outorgas de opção de compra de ações aos beneficiários eleitos nos termos do Programa 2014. Em 21 de maio de 2015, a Companhia deliberou, em reunião do Conselho de Administração, a alienação de ações da Companhia mantidas em tesouraria para atender o exercício de opção de compra de ações dos beneficiários no âmbito dos programas de Outorga de Opções de Compra de Ações de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 (vide nota 25 (a.1)). Os planos concedidos a partir de 2010 foram classificados como instrumentos de patrimônio e o valor justo médio ponderado das opções concedidas foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, assumindo as seguintes premissas:

Natureza	Fundamentos para realização
Stock option	Pelo exercício das opções
	Pela realização fiscal da perda/ganho
Ajuste a valor presente	Pela depreciação do bem
Hedge sobre imobilizado	Pela baixa ou venda do ativo
Provisão de estoques de giro lento	
Perdas estimadas por valor não recuperável	Pela realização da provisão
Provisão de custos e despesas	Pelo pagamento
Provisão para Perda Processo	
Murilo Pessoa	Pelo recebimento do crédito
	Pelo ajustamento das ações e créditos vencidos
Provisão para devedores duvidosos	Pela realização no prazo da depreciação linear dos bens
	Pela realização fiscal da perda ou encerramento do processo
Arrendamento financeiro	Pela realização do crédito fiscal
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	Pela realização da provisão
Provisão para realização de crédito tributário	Pela reversão/realização da provisão
Derivativos NDF	Pela liquidação do empréstimo
Provisão para descontos e cancelamentos	Pelo pagamento ou reversão da provisão
Swap	Pela depreciação fiscal em 5 anos
Tributos com exigibilidade suspensa	Pela alienação/impairment do ativo
Depreciação acelerada	Pela alienação/impairment do ativo
Ágio GP Andaimas Sul Locadora	Pelo levantamento do depósito
Ágio Jahu	Pelo pagamento do empréstimo
Atualização depósito judicial	Pela expectativa de resultados tributáveis futuros
Variação cambial	Pela amortização do custo de captação
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	
Debêntures	
Abaixo demonstramos a expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos para 31 de dezembro de 2015:	

e) **Os fundamentos e as expectativas para realização do imposto de renda e contribuição social diferidos estão apresentados a seguir:**

IR e CSLL diferidos ativos	IR e CSLL diferidos passivos
2016	2.694
2017	19.251
2018	10.181
2019	5.806
2020	5.693
A partir de 2021	14.817
Total	58.442

22. **Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas e Depósitos Judiciais**

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista que foram propostas no curso normal dos negócios e, está discutindo estas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. A Administração, subsidiariamente na opinião de seus consultores jurídicos externos, entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para cobrir as eventuais perdas e preservar o patrimônio líquido da Companhia, sendo reavaliadas periodicamente. A Companhia não possui ativos contingentes contabilizados.

a) **Composição das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:**

	2015	2014
Tributários (i)	4.272	4.301
Cíveis (ii)	2.419	787
Trabalhistas (iii)	6.235	3.978
Honorários de êxito (iv)	2.309	2.660
Honorários de sucumbência (v)	1.377	854
Total	16.612	12.580

Movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

	2015	2014
Saldo em 1º de janeiro	12.580	10.573
Constituições	5.161	3.330
Atualizações monetárias	1.618	1.670
Reversões	(1.607)	(2.380)
Baixa	(1.140)	(613)
Saldo em 31 de dezembro	16.612	12.580

(i) Refere-se, basicamente, ao mandato de segurança movido pela Companhia ao questionamento da majoração das alíquotas de PIS e COFINS (instituídas pelo regime não cumulativo destas contribuições, com o advento das Leis nº 10.637/2002 e Lei nº 10.833/2003). A Companhia mantém depósito judicial vinculado a provisão, referente às diferenças de alíquotas. (ii) A Companhia possui algumas ações movidas contra ela referentes a processos de responsabilidade cível e indenizações. (iii) A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, pedido de horas-extras, periculosidade e equiparação salarial. (iv) Os honorários estão geralmente fixados em até 10% sobre o valor da causa, garantindo aos consultores jurídicos externos, os honorários na proporção do êxito obtido na demanda. O pagamento está condicionado ao encerramento favorável dos processos. (v) Corresponde a provisão de honorários de sucumbência incidentes sobre processos judiciais, com risco provável de desfecho desfavorável para Companhia.

b) **Composição dos depósitos judiciais:**

	2015	2014
Tributários (i)	7.947	7.161
Trabalhistas (ii)	3.076	3.261
Total	11.023	10.422

(i) Em 31 de dezembro de 2015 a composição de depósitos judiciais de natureza tributária totalizava R\$7.947. A conciliação deste montante refere-se basicamente ao questionamento da majoração de alíquotas do PIS e da COFINS totalizando o valor de R\$3.755, como informado na nota de nº 22, item "a", subitem "i", e, também, a depósitos judiciais efetuados a favor de determinados municípios vinculados ao entendimento de nossos assessores jurídicos no que tange a incidência do ISS sobre as receitas provenientes da locação de bens móveis. O saldo registrado sobre esta rubrica monta em R\$2.769. A partir de 2003, com a edição da Lei Complementar nº 116 e com o suporte dos assessores jurídicos a Companhia não efetuou depósitos judiciais desta natureza. (ii) Os depósitos judiciais estão vinculados a ações em que a Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, pedido de horas-extras, periculosidade e equiparação salarial. A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2015	2014
Tributárias (i)	40.461	31.559
Cíveis (ii)	5.198	5.191
Trabalhista (iii)	18.006	15.232
Total	63.665	51.982

(i) **Tributárias (principais itens):** a) Glosa de despesas supostamente indenutíveis por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil, na antiga Mills Formas, computadas em razão dos contratos firmados com diversos clientes, segundo os quais a Mills Formas era a responsável pela execução dos serviços que, doravan-

te, eram executados pelos funcionários da antiga Mills do Brasil; b) Exigência da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro relativa ao ICMS e multa supostamente devidos em decorrência da realização de operações de transferência de mercadorias, sem o recolhimento do imposto devido; c) Não reconhecimento por parte do INSS da possibilidade de compensação dos pagamentos realizados indevidamente a título de contribuição previdenciária, com base na sistemática estabelecida pela Lei nº 9.711/98; d) Exigência por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil de multa supostamente devida sobre os créditos parcelados da denúncia espontânea; e) Exigência por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil de supostos débitos de Imposto sobre o lucro líquido - ILL, julgado inconstitucional pelo STF. (ii) **Cíveis:** A Companhia possui ações indenizatórias movidas contra ela referentes a processos de indenizações por dano moral e material. (iii) **Trabalhistas:** A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto a cobrança de parcelas rescisórias, indenização por danos morais, integração de prêmios à remuneração, reintegração e reajustes salariais, com os respectivos reflexos.

23. Programa de Recuperação Fiscal (Refis)

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Parcelamento Especial, instituído pela Lei nº 11.941/2009 e pela Medida Provisória nº 470/2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio desse sistema especial de parcelamento de obrigações fiscais e previdenciárias. As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas: (a) O prazo do parcelamento foi de 180 meses. (b) Redução de 60% dos valores relativos a multas de ofício e de mora e 25% de redução de juros de mora. (c) Foram parcelados débitos de: (i) PIS e COFINS (compreendidos entre os períodos de abril de 2002 a maio de 2004). (ii) IRPJ (de dezembro de 2003, janeiro de 2004 e abril de 2004). (iii) CSLL (de novembro de 2003, janeiro de 2004 e abril de 2004). (iv) INSS- Contribuição adicional ao SAT. Os valores relativos a PIS/COFINS, IRPJ e CSLL haviam sido compensados com créditos de PIS e COFINS sobre locação (de setembro de 1993 a janeiro de 1999) referente à locação e montagem de bens próprios locados. A origem desses créditos baseava-se em uma decisão do Supremo Tribunal Federal que não considera locação de bens móveis como prestação de serviço. Diante da nova orientação jurisprudencial, firmada no Superior Tribunal de Justiça (1ª Seção do STJ - julgamento em setembro de 2009 do Recurso Especial nº 929.521), que pacificou o entendimento acerca da incidência da COFINS sobre as receitas auferidas com as operações de locação de bens móveis, a Companhia decidiu parcelar o montante referente aos débitos acima referidos. A consolidação dos débitos ocorreu em 29 de junho de 2011 conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2/2011. Como consequência da adesão a esse parcelamento especial, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, e vem realizando os pagamentos das parcelas do REFIS, sobre a dívida consolidada em junho de 2011. (d) Quando da etapa preliminar de consolidação dos débitos do parcelamento, em 30 de junho de 2010, a Companhia, decidiu incluir um débito de



Lucro líquido do exercício	64.268
Constituição da reserva legal - 5%	(3.213)
Base de cálculo dos dividendos	61.055
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (líquido dos impostos)	15.264
Juros sobre capital próprio propostos para pagamento no exercício seguinte	25.081
Imposto de renda retido na fonte - 15% (*)	(3.271)
Juros sobre capital próprio líquido propostos para pagamento no exercício seguinte	21.810
Dividendos mínimos obrigatórios para pagamento no exercício seguinte	-
Total dividendos líquidos propostos para pagamento	21.810
Total dividendos brutos de IR propostos para pagamento	25.081
Percentagem dividendos bruto de IR do exercício sobre o lucro líquido do exercício	39,03%

(*) Aliquota de 15%, descontando o IRRF dos acionistas isentos. O valor registrado no passivo circulante em 31 de dezembro de 2014 é de R\$21.810, liquidado nos dias 05 e 06 de maio de 2015.

27. Lucro por Ação

a) **Básico.** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	2015	2014
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade	(97.801)	64.268
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	126.686	127.818
Lucro (prejuízo) básico por ação	(0,77)	0,50

b) **Diluído.** O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade tem uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	2015	2014
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade	(97.801)	64.268
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	126.686	127.818
Lucro (prejuízo) básico por ação	(0,77)	0,50

30. Outras Despesas Operacionais

A Companhia registrou provisão por perdas estimadas por valor não recuperável, conforme quadro demonstrativo abaixo:

	2015
Unidade de Negócio Construção - ágio	30.918
Investimento na Rohr	26.192
	57.110

Os valores recuperáveis desses ativos foram determinados com base em projeções econômicas, descritas nas notas 13 e 15.

31. Receitas e Despesas Financeiras

a) Receitas financeiras

	2015	2014
Receita de dividendos (investimento Rohr)	1.818	1.818
Receitas de juros	8.556	9.187
Receitas de aplicação financeira	22.877	11.721
Descontos obtidos	248	107
Variação cambial e monetária ativa	3.296	1.088
Swap	-	1.166
Outras	116	64
	36.911	25.151

b) Despesas financeiras

	2015	2014
Juros de empréstimos	(2.380)	(8.357)
Variação cambial e monetária passiva	(2.567)	(7.841)
Juros de arrendamento financeiro	-	(463)
Juros - Debêntures	(87.607)	(70.346)
Comissões e tarifas bancárias	(2.547)	(1.087)
Outras	(4.950)	(4.659)
	(100.051)	(92.753)

32. Resultado por Segmento de Negócio

As informações por segmento operacional estão sendo apresentadas de acordo com CPC 22-Informações por segmento (IFRS 8). Os segmentos reportáveis da Companhia são unidades de negócios que oferecem diferentes produtos e serviços, são gerenciados separadamente, pois cada negócio exige diferentes tecnologias e estratégias de mercado. As principais informações utilizadas pela Administração para avaliação do desempenho de cada segmento são: total do at-

Demonstração do resultado por segmento de negócio

	Construção		Rental		Outros(*)		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Receita líquida	282.953	423.357	293.153	370.809	-	-	576.106	794.166
(-) Custos	(106.833)	(117.836)	(85.029)	(91.670)	-	-	(191.862)	(209.506)
(-) Despesas	(149.156)	(142.232)	(62.781)	(64.443)	(30.014)	(9.487)	(241.951)	(216.162)
(-) Provisão para devedores duvidosos	(25.633)	(24.267)	(12.763)	(18.025)	166	(9)	(38.230)	(42.301)
(-) Depreciação e amortização	(88.917)	(87.349)	(80.724)	(80.910)	-	-	(169.641)	(168.259)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro	(87.586)	51.673	51.856	115.761	(29.848)	(9.496)	(65.578)	157.938
Receita financeira	15.519	10.162	13.780	8.750	7.612	6.239	36.911	25.151
Despesa financeira	(51.772)	(50.414)	(47.692)	(41.885)	(587)	(454)	(100.051)	(92.753)
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ/CSL	(123.839)	11.421	17.944	82.626	(22.823)	(3.711)	(128.718)	90.336
(-) IRPJ/CSL	29.745	(3.296)	(4.310)	(23.843)	5.482	1.071	30.917	(26.068)
Lucro (Prejuízo) líquido	(94.094)	8.125	13.634	58.783	(17.341)	(2.640)	(97.801)	64.268

(*) Trata-se de operações remanescentes da antiga Unidade de Negócio Serviços Industriais, bem como a provisão para redução ao valor recuperável do investimento na Rohr.

Ativo por segmento de negócio

	Construção		Rental		Outros		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2015	2015	2014
Imobilizado								
Custo de aquisição	860.592	898.005	733.474	818.791	-	-	1.594.066	1.716.796
(-) Depreciação acumulada	(353.541)	(305.287)	(236.458)	(211.361)	-	-	(589.999)	(516.648)
	507.051	592.718	497.016	607.430	-	-	1.004.067	1.200.148
Outros ativos	299.324	358.786	231.880	191.328	102.686	142.461	633.890	692.575
Ativo total	806.375	951.504	728.896	798.758	102.686	142.461	1.637.957	1.892.723

33. Instrumentos Financeiros

33.1. **Categoria de instrumentos financeiros.** A classificação dos instrumentos financeiros, por categoria, pode ser resumida conforme tabela a seguir:

	Valor contábil	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	232.011	193.659	
Empréstimos e recebíveis:			
Contas a receber de clientes	99.719	158.191	
Depósitos Judiciais	11.023	10.422	
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado			
Empréstimos e financiamentos	15.116	64.527	
Debêntures	605.719	680.857	
Contas a pagar a fornecedores	6.844	16.510	
Ativos financeiros ao valor justo			
Derivativos - NDF	-	26	
Derivativos - Swap	-	1.166	
Instrumentos financeiros patrimoniais			
Planos de opções de ações	45.020	35.396	

33.2. **Valor justo dos instrumentos financeiros.** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1). • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2). A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo que sejam classificados no nível 3, ou seja, obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado. A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

	Saldos	Nível 2	2015	2014
Ativos				
Derivativos usados para hedge	-	26		
Derivativos usados para empréstimos - Swap	-	1.166		
Total do Ativo	-	1.192		

(a) **Valor justo.** Equivalentes de caixa são representados por aplicações

	2015	2014
Lucro (prejuízo) líquido usado para determinar o lucro (prejuízo) diluído por ação	(97.801)	64.268
Quantidade média ponderada de ações das (milhares) ordinárias emitidas (milhares)	126.686	127.818
Ajustes de:		
Opções de compra de ações* (milhares)	-	406
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para lucro diluído por ação (milhares)	126.686	128.224
Lucro (prejuízo) diluído por ação	(0,77)	0,50

(*) O efeito zero em 31 de dezembro de 2015, é por conta das ações ordinárias potenciais antidiluidoras.

28. Receita Líquida de Locação, Vendas e Serviços

A informação de receita operacional líquida de vendas e serviços demonstrada abaixo se refere somente à natureza da receita por tipo de serviço:

	2015	2014
Locação	608.142	869.782
Vendas	51.826	69.836
Assistência técnica	16.502	15.302
Indenizações e recuperação	58.199	94.454
Total receita bruta	734.669	1.049.374
Impostos sobre vendas e serviços	(56.778)	(83.496)
Cancelamentos e descontos	(101.785)	(171.712)
Total receita líquida	576.106	794.166

29. Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados e Despesas Gerais e Administrativas (Por Natureza)

Os custos referem-se principalmente às despesas de pessoal e encargos sociais e previdenciários, aos equipamentos sublocados de terceiros, quando o estoque da Mills é insuficiente para atender demanda, aos fretes de transporte de equipamento entre filiais e eventualmente para os clientes, e às despesas com materiais consumidos nas obras, desde equipamentos de proteção individual (EPIs) até madeira, tintas e isolantes térmicos. As despesas gerais e administrativas referem-se a gestão de cada contrato da Companhia, compreendendo as equipes de projetos e de engenheiros da área comercial, que correspondem, substancialmente, a salários, encargos e benefícios, sendo as demais referentes a despesas com viagens, representações e comunicação, bem como as despesas das áreas administrativas.

	2015			2014		
	Custos direto obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total	Custos direto obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total
Natureza						
Pessoal	(74.203)	(97.628)	(171.831)	(63.031)	(113.336)	(176.367)
Terceiros	(4.914)	(20.500)	(25.414)	(6.549)	(28.198)	(34.747)
Frete	(12.093)	(3.315)	(15.408)	(16.260)	(620)	(16.880)
Material construção/ manutenção e reparo	(42.326)	(5.846)	(48.172)	(44.492)	(7.003)	(51.495)
Aluguel de equipamentos e outros	(5.829)	(19.548)	(25.377)	(5.333)	(18.241)	(23.574)
Viagem	(2.362)	(6.433)	(8.795)	(3.769)	(10.549)	(14.318)
Custo das mercadorias vendidas	(34.684)	-	(34.684)	(53.153)	-	(53.153)
Depreciação e amortização	(151.915)	(17.726)	(169.641)	(152.874)	(15.385)	(168.259)
Baixa de ativos	(12.833)	-	(12.833)	(13.733)	-	(13.733)
Provisão para devedores-PDD	-	(38.230)	(38.230)	-	(42.301)	(42.301)
Plano de ações	-	(9.624)	(9.624)	-	(9.539)	(9.539)
Provisões	-	(4.353)	(4.353)	-	(2.485)	(2.485)
Provisão por perdas estimadas por valor não recuperável	-	(57.110)	(57.110)	-	-	-
Outros	(2.620)	(17.592)	(20.212)	(3.186)	(26.191)	(29.377)
	(343.779)	(297.905)	(641.684)	(362.380)	(273.848)	(636.228)

vo imobilizado, pois este é que gera a receita da Companhia e lucro líquido de cada segmento para avaliação do retorno desses investimentos. As informações sobre os passivos por segmento não estão sendo reportadas por não serem utilizadas pelos administradores na gestão dos segmentos. A Administração não utiliza análises por área geográfica para gestão de seus negócios. Os segmentos da Companhia possuem atividades completamente distintas, conforme descrito abaixo, logo seus ativos são específicos para cada segmento. Os ativos foram alocados em cada segmento reportável de acordo com a natureza de cada item. Em 28 de setembro de 2015, a Companhia visando a obter ganhos de sinergia e maior produtividade, consolidou a gestão comercial das unidades de negócio Infraestrutura e Edificações. O resultado dessa consolidação foi à criação da nova unidade de negócio Construção. A partir desta data, as informações por segmento passaram a ser apresentadas seguindo esta nova estrutura, inclusive em relação às informações comparativas relativos ao mesmo período de 2014, as quais estão sendo reapresentadas. **Unidade de Negócio Construção.** A unidade de negócio Construção atua no mercado de grandes obras e no fornecimento de formas, escoramentos, equipamentos de acesso não mecanizado, plataformas cremenalheiras e andaimes, sendo este fornecimento destinado ao segmento de construções residenciais e comerciais, dispoendo da mais alta tecnologia em sistemas de formas, escoramentos e equipamentos especiais para execução de obras da construção civil, além de possuir o maior portfólio de produtos e serviços com soluções customizadas, que atendem às necessidades específicas de cada projeto e geram eficiência e redução de custo. Com presença em vários estados, conta com uma equipe de engenheiros e técnicos especializados que exercem papel consultivo e de apoio ao cumprimento dos cronogramas, otimização de custos e segurança, fornecendo orientação técnica e auxiliando no planejamento de obras, no detalhamento de projetos e na supervisão de montagem. **Unidade de Negócio Rental.** A unidade de negócio Rental atua no mercado de locação e venda de plataformas aéreas e manipuladores telescópicos para trabalhos em altura em todos os segmentos do mercado da construção, comércio e indústria. Assegurando produtividade, rentabilidade e segurança e dispõe da mais avançada linha de produtos para elevação de pessoas e cargas e oferece aos seus clientes treinamento de operação certificado pela IPAF (autoridade mundial de acesso aéreo). Sua presença em diversas cidades brasileiras reforça não só a agilidade do seu atendimento comercial como amplia o suporte técnico com profissionais certificados. As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que aquelas descritas no resumo das políticas contábeis significativas. A Companhia avalia o desempenho por segmento com base no lucro ou no prejuízo das operações antes dos tributos sobre o lucro, além de outros indicadores operacionais e financeiros.

desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade e contraparte quando apropriado. **33.3. Instrumentos financeiros derivativos. (a) Política de contratação de derivativos.** Com o objetivo de proteger o patrimônio à exposição de compromissos assumidos em moeda estrangeira, a Companhia desenvolveu sua estratégia para mitigar tal risco de mercado. A estratégia, quando aplicada, é realizada para reduzir a volatilidade do fluxo de caixa desejável, ou seja, a manutenção do desembolso do recurso planejado. A Mills acredita que o gerenciamento de tais riscos é primordial para apoiar sua estratégia de crescimento sem que possíveis perdas financeiras reduzam o seu resultado operacional, visto que, a Companhia não almeja obter ganhos financeiros através do uso de derivativos. A gestão dos riscos em moeda estrangeira é feita pela Gerência e Diretoria Financeiras, que avaliam as possíveis exposições a riscos e estabelecem diretrizes para medir, monitorar e gerenciar o risco relacionado às atividades da Companhia. Com base neste objetivo, a Companhia contrata operações de derivativos, normalmente swaps e NDF (Non Deliverable Forwards), com instituições financeiras de primeira linha (rating de risco de crédito brAAA - escala nacional, Standard & Poor's ou similar), para garantir o valor comercial acordado no momento do pedido do bem a ser importado. Da mesma forma, contratos de swaps ou NDFs, devem ser contratados, para garantir o fluxo de pagamentos (amortização de principal e juros) de financiamentos em moeda estrangeira. Conforme o estatuto da Companhia, qualquer contrato ou assunção de obrigação cujo montante exceda R\$10.000 (dez milhões de reais) deve ser aprovado pelo Conselho de Administração, salvo se previsto no Plano de Negócios. Para valores inferiores a R\$100 (cem mil reais), com prazo inferior a 90 dias, não se faz necessário a contratação de operações de hedge. Os demais compromissos devem ser protegidos contra a exposição cambial. As operações de swaps e NDFs são realizadas para converter para reais os compromissos financeiros futuros em moeda estrangeira. No momento da contratação dessas operações a Companhia minimiza o risco cambial igualando tanto o valor do compromisso quanto o período de exposição. O custo da contratação do derivativo está atrelado à taxa de juros, normalmente ao percentual do CDI (certificado de depósito interbancário). Os swaps e NDFs com vencimento inferior ou posterior ao vencimento final dos compromissos podem, ao longo do tempo, serem renegociados de forma que seus vencimentos finais se igualem - ou se aproximem - do vencimento final do compromisso. Sendo assim, na data de liquidação, o resultado do swap e do NDF poderão compensar parte do impacto da variação cambial da moeda estrangeira frente ao real, contribuindo para estabilizar o fluxo de caixa. Por se tratar de derivativos, o cálculo da posição mensal é feito conforme a metodologia do valor justo, e são avaliados calculando o seu valor presente por meio da utilização de taxas de mercado que são impactadas nas datas de cada apuração. Essa metodologia, amplamente empregada, pode apresentar distorções mensais em relação à curva do derivativo contratado, entretanto, a Companhia acredita que essa metodologia é a melhor a ser aplicada, pois mensura o risco financeiro caso seja necessário a liquidação antecipada do derivativo. O monitoramento dos compromissos assumidos e a avaliação mensal do valor justo dos derivativos permitem acompanhar os resultados financeiros e o impacto no fluxo de caixa, bem como, garantir que os objetivos inicialmente planejados sejam atingidos. O cálculo do valor justo das posições é disponibilizado mensalmente para o acompanhamento gerencial. Os instrumentos derivativos são contratados pela Companhia para determinadas importações de equipamentos, no intervalo entre a colocação dos pedidos e a correspondente nacionalização, contra riscos de flutuação na taxa de câmbio, os quais não são utilizados para fins especulativos. (b) A tabela a seguir mostra detalhes dos contratos futuros de moedas em aberto no fim do período do relatório:

	Taxa de câmbio média	Moeda estrangeira		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Contratos em aberto				
Hedge de fluxo de caixa			US\$ mil	
Menos de três meses	-	2,61	-	499
Total	-	-	-	499

	Valor nacional	Valor justo		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Contratos em aberto				
Hedge de fluxo de caixa			R\$ mil	
Menos de três meses	-	1,299	-	26
Total	-	1,299	-	26

(c) **Swap.** A operação, na modalidade de swap cambial, contratada pela Companhia, visava a proteção contra a exposição do empréstimo de US\$16,9 milhões (vide nota 17) à variação cambial. O swap cambial para essa operação consistiu na troca dos encargos de variação cambial mais juros de 2,31% a.a. por CDI acrescido de 0,29% a.a. Em janeiro de 2015, a Companhia pagou o valor justo apurado de R\$43 nesta operação (até 31 de dezembro de 2014 - R\$1.166 a receber). (d) **Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos.** São avaliados pelo valor presente, à taxa de mercado, na data-base do fluxo futuro apurado pela aplicação das taxas contratuais até o vencimento. (e) **Metodologia de cálculo da efetividade dos hedges.** As operações de hedge da Companhia são realizadas com o intuito de buscar proteção contra as oscilações da moeda estrangeira de suas importações de máquinas e equipamentos. Tais operações são classificadas como hedge accounting. A Companhia comprova a efetividade desses instrumentos com base na metodologia «Dollar offset», que é comumente utilizada por participantes do mercado de derivativos. Tal metodologia consiste em comparar o valor presente líquido de exposições futuras em moeda estrangeira, de compromissos assumidos pela Companhia, com derivativos contratados para tal proteção cambial. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve ineficiência reconhecida no resultado decorrente das operações de hedge da Companhia. (f) **Ganhos e perdas no período.** Haja vista o fato de que a Companhia comprova a efetividade das operações de hedge accounting realizadas, as perdas e os ganhos verificados nessas operações de derivativos são reconhecidas em contrapartida dos bens hedgeados (ativo imobilizado) como parte do custo inicial do bem no mesmo momento da contabilização do ativo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$244 (em 31 de dezembro de 2014, R\$1.175) foi transferido do patrimônio líquido e deduzido no custo inicial dos equipamentos. Em 31 de dezembro de 2015, não havia ganhos ou perdas não realizadas em derivativos usados com hedge. A provisão para as perdas não realizadas é reconhecida na conta de outros passivos, no balanço patrimonial, em contrapartida da conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. (g) **Derivativos embutidos.** Todos os contratos com possíveis cláusulas de instrumentos derivativos ou títulos e valores mobiliários a serem realizados são avaliados pela Gerência Financeira em conjunto com a equipe jurídica, antes das assinaturas, para que haja orientação a respeito da realização eventual dos testes de efetividade, estabelecimento da política contábil a ser adotada e da metodologia para cálculo do valor justo. A Companhia atualmente não detém contratos com derivativos embutidos em aberto. (h) **Valor e tipo de margens dadas em garantia.** As operações existentes de derivativos de moeda estrangeira não exigem depósito de margem de garantia.

34. Seguros

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, contrata seguros, cuja natureza e cobertura estão indicados a seguir até 31 de dezembro de 2015.

	Importâncias seguradas (em milhares de reais)
Natureza dos seguros	
Equipamentos Rental	1.168.728
Patrimonial	263.913
Responsabilidade civil	40.000
Responsabilidade civil de administradores	80.000
Riscos ambientais	5.000
Veículos	702

35. Transações Não Envolvendo Caixa

Em 7 de agosto de 2015, a Companhia celebrou contrato de exportação para venda de equipamentos da Unidade de Negócio Rental e, por conta desse evento, transferiu R\$24.656 ao longo de 2015 do ativo imobilizado para estoque - outros ativos mantidos para venda. Até 31 de dezembro de 2015, a Companhia efetuou baixas de títulos vencidos até 5 anos, no valor total de R\$1.496, que não estão refletidos na demonstração dos fluxos de caixa. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia registrou perdas estimadas por valor não recuperável na Unidade de Negócio Construção no montante de R\$30.918 e no investimento da Rohr no montante de R\$26.192.

36. Eventos Subsequentes

O Conselho de Administração da Companhia, em 5 de fevereiro de 2016, aprovou por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, à exceção do membro que se declarou impedido, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, com possibilidade de homologação parcial, por meio da emissão, para subscrição privada, de novas ações ordinárias de emissão da Companhia, de acordo com os termos e condições a seguir indicados: • Valor do Aumento de Capital: no mínimo, R\$105.435.311,36 (cento e cinco milhões quatrocentos e trinta e cinco mil trezentos e onze reais e trinta e seis centavos) e, no máximo, R\$124.999.999,71 (cento e vinte



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Companhia"), no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada em 9 de março de 2016, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, e com base nos exames efetuados e no parecer, sem quaisquer ressalvas, dos Auditores Independentes relativo a tais Demonstrações Financeiras, emitido em 09 de março de 2016, e, ainda, nas informações e esclarecimentos prestados por representantes da Companhia ao longo do exercício, os membros do presente órgão decidiram, por unanimidade,

opinar favoravelmente acerca dos documentos referentes ao exercício de 2015, mencionados anteriormente, sem qualquer ressalva ou restrição, indicando seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária da Companhia para os devidos fins de direito.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2016.

Membros do Conselho Fiscal:

Eduardo Botelho Kiralyhegy, Helio Carlos de Lamare Cox e Marcus Vinicius Dias Severini

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício de 2015. Rio de Janeiro 9 de março de 2016.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício de 2015. Rio de Janeiro 9 de março de 2016.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.. Rio de Janeiro - RJ.

Introdução. Examinamos as demonstrações financeiras da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras. A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contá-

beis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Ênfase. *Reapresentação dos valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014* Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.4, em decorrência das reclassificações descritas na referida nota explicativa, os valores correspondentes referentes à demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e a IAS 8 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e a IAS 1 - Presentation of Financial Statements. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos. Demonstração do valor adicionado. Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Rio de Janeiro, 9 de março de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Fernando de Souza Leite - Contador - CRC PR 050.422/O-3